

Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Sociais
Departamento de Sociologia

Priscila Almeida Suassuna

**Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado
(PNMPO): Um Estudo de Caso na Feira dos Importados/DF**

Brasília
2011

Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Sociais
Departamento de Sociologia

Priscila Almeida Suassuna

**Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado
(PNMPO): Um Estudo de Caso na Feira dos Importados/DF**

Monografia apresentada junto ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Brasília para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Sociais com Habilitação em Sociologia.

Orientadora: Profa. Dra. Lourdes Maria Bandeira

Brasília, novembro, 2011

**Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO): Um
Estudo de Caso na Feira dos Importados/DF**

Priscila Almeida Suassuna

BANCA EXAMINADORA

Professora Dr^a. Lourdes Maria Bandeira – SOL/UnB
Orientadora

Professor Dr. Sadi Dal Rosso – SOL/UnB

Sumário

Lista de Tabelas	5
Lista de Gráficos.....	6
Lista de Anexos	7
Introdução	8
1. Sobre o <i>Programa Nacional do Microcrédito Produtivo Orientado</i> (PNMPO)	12
2. Contextualização do Estado e políticas públicas.....	18
3. Procedimentos metodológicos.....	26
3.1. Campo empírico: Feira dos Importados/DF	27
3.2. Caracterização dos sujeitos investigados	28
3.3. Instrumento de coleta dos dados	29
4. Entrando na dinâmica do campo empírico: a Feira dos Importados/DF.....	31
5. Análise dos dados coletados.....	37
5.1. Perfil sócio demográfico dos inqueridos	38
5.2. A demanda pelo programa	39
5.3. Comparação dos grupos pesquisados	45
Considerações finais	59
Referências bibliográficas	65
Anexos.....	68

Lista de Tabelas

Tabela nº 1: Quantidade de operações realizadas pelo PNMPO e valores das concessões	13
Tabela nº 2: Distribuição por faixa etária dos inqueridos	38
Tabela nº 3: Distribuição por sexo das pessoas que receberam crédito e que não receberam crédito	41
Tabela nº 4: Número de vezes de concessão de crédito	42
Tabela nº 5: Distribuição dos inqueridos por último ano que teve crédito concedido	44

Lista de Gráficos

Gráfico n° 1: Impressões sobre mudanças na condição socioeconômica daqueles que receberam crédito (Grupo Sim)	46
Gráfico n° 2: Impressões sobre mudanças na condição socioeconômica daqueles que não receberam crédito (Grupo Não)	47
Gráfico n° 3: Impressões sobre mudanças no estabelecimento daqueles que receberam crédito (Grupo Sim)	47
Gráfico n° 4: Impressões sobre mudanças no estabelecimento daqueles que não receberam crédito (Grupo Não)	48
Gráfico n° 5: Mudanças na renda antes e depois da entrada no programa de crédito (Grupo Sim)	49
Gráfico n° 6: Mudanças na renda antes e depois do ano 2007 (Grupo Não)	50
Gráfico n° 7: Comparação das mudanças na renda dos Grupos Sim e Não	50
Gráfico n° 8: Mudanças na renda antes e depois da entrada no programa de crédito daqueles que afirmaram ter melhorado suas condições de trabalho e socioeconômica	51
Gráfico n° 9: Mudanças na renda antes e depois do ano 2007 daqueles que afirmaram ter melhorado suas condições de trabalho e socioeconômica	52
Gráfico n° 10: Distribuição por dívidas	57

Lista de Anexos

Anexo n° 1: Questionário	68
--------------------------------	----

Introdução

Na sociedade contemporânea, o debate premente entre Estado e a constituição de políticas públicas perpassa campos de conhecimento como o da Ciência Política, do Serviço Social e da Sociologia. Atentando-se para o atual desenho do Estado brasileiro consegue-se perceber a dimensão da importância das demandas sociais na agenda governamental. Exemplos a esse respeito podem ser dados tanto pela reorganização político-administrativa a partir de 1988 com a nova Constituição Brasileira, quanto pela ênfase dada desde a primeira gestão do Governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003) aos programas e ações sociais.

Com efeito, pode-se partir da premissa de que o novo desenho do Estado após 2003 dá espaço para a reconfiguração do conceito de cidadania no âmbito do Estado democrático (ROBERTS, 1997), ao passo que traz à tona para a agenda governamental políticas públicas de cunho social, que se materializam em programas e ações como é o caso do *Programa Nacional do Microcrédito Produtivo Orientado* (PNMPO) implementado pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), no âmbito do Governo Federal, a partir do ano 2005.

No contexto deste programa, é importante construir analiticamente as funções do Estado e as consequências que sua atual configuração traz, principalmente com relação às políticas sociais e de inclusão, bem como discutir o conceito de cidadania que toma como referente, e que vem se modificando conforme se moldam as políticas públicas e suas respectivas relações com os direitos sociais, civis e políticos.

Concordando-se com Bursztyn (1998) para quem a associação e a interdependência das esferas estatal e da economia no Brasil constituem-se em uma contradição, pois ao buscar-se uma razão desestatizante acaba-se por inverter a ordem das prioridades, corroborando para a defesa do mercado liberal. No escopo dessas contradições encontram-se as diversas formas legítimas de intervenção econômica, principalmente com relação à concessão de crédito para empresas, não só para as grandes empresas como ocorreu recentemente em tempos de crise mundial, como também para incentivar o desenvolvimento de micro e pequenos empreendedores.

Assim, pode-se admitir que as políticas de crédito têm um papel central na economia de qualquer país. O crédito é um importante impulsionador da movimentação do mercado, das trocas e dos investimentos, sobretudo para certos segmentos sociais, como comerciantes e empreendedores (SILVA et al, 2006).

A realização deste trabalho foi motivada pela curiosidade em saber como se dá empiricamente a aplicação das políticas de crédito voltadas para microempreendedores, partindo da análise de documentos do Ministério do Trabalho e Emprego e dos dados por eles fornecidos. Buscou-se compreender como se constitui uma política específica de concessão de crédito no Brasil, o *Programa Nacional do Microcrédito Produtivo Orientado* (PNMPO) proposto pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), do Governo Federal. O recorte empírico efetivado para analisar o respectivo programa foi centrado no estudo de caso realizado na Feira dos Importados, no Distrito Federal, também conhecida – popularmente – como “Feira do Paraguai”.

A escolha da Feira dos Importados para a realização da pesquisa deu-se por apresentar uma grande concentração de microempreendedores, pressupondo-se com isso que neste local se encontrariam comerciantes que haviam aderido ao PNMPO posto que grande parte do crédito é voltada para a área comercial relativa aos pequenos empreendedores e comerciantes. Sendo assim tomou-se a Feira dos Importados como um espaço social, isto é, um espaço da existência cotidiana, que é produzido por um trabalho específico e proporciona um ponto de vista sobre para os indivíduos que dirigem seus olhares ao mundo social (BOURDIEU, 2007).

Considerando o contexto acima exposto, o problema de pesquisa pode ser sistematizado no seguinte conjunto de questões: o que representa o PNMPO no quadro das políticas de trabalho e renda no Brasil, considerando o perfil sócio demográfico dos beneficiados, a demanda social e a finalidade do crédito concedido? E tendo-se em conta o recebimento ou não da concessão do crédito, em que medida o PNMPO pode ser considerado um programa de inclusão social, ao passo que assegura aos beneficiados – participantes do programa – melhorias em termos de condições socioeconômicas e de trabalho?

Com base nas questões apresentadas, o objetivo deste trabalho é entender o que representa o PNMPO no quadro das políticas de trabalho e renda no Brasil, considerando o perfil sócio

demográfico dos beneficiados, a demanda social e a finalidade do crédito concedido, pretendendo-se especificamente, verificar em que medida o PNMPO promove por meio de suas ações a inclusão social, a autonomia e o desenvolvimento do empreendedorismo na Feira dos Importados, no DF.

A pesquisa deu-se em dois momentos. No primeiro – durante o primeiro semestre de 2011 –, coletaram-se informações e estatísticas sobre o PNMPO, como por exemplo, relatórios parciais do programa, estatísticas gerais, etc., com o fim de compreender o funcionamento e a dinâmica desse programa. Em seguida – já no segundo semestre de 2011 –, buscou-se na Feira dos Importados comerciantes que fossem proprietários de estabelecimentos e, portanto, microempreendedores que foram contemplados ou não com a concessão de crédito vinculada ao PNMPO. Aqueles que se dispuseram, responderam a um questionário (ver **Anexo nº 1**) cujas respostas fundamentaram a análise deste trabalho.

Os dados estáticos fornecidos pelos MTE e os dados coletados junto aos comerciantes e trabalhadores da Feira dos Importados possibilitaram realizar uma análise sobre a aplicação dessa política e avaliar a sua efetividade, a partir de um quadro conceitual fundamentado na perspectiva de políticas públicas, programas e ações voltados para o trabalho e renda no Brasil. Neste sentido, o estudo pretende apresentar um olhar crítico sobre as políticas de crédito do governo federal.

O trabalho compreende sete partes. Na Introdução realiza-se a apresentação do tema, isto é, os problemas que foram tratados pelo estudo, definindo os objetivos, a relevância teórica e a justificativa para a realização deste trabalho. Na segunda parte, descrevem-se o *Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado* (PNMPO), seus objetivos e discutem-se seus principais resultados desde a sua instituição no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) em 2005.

No terceiro momento, realiza-se a contextualização do PNMPO a fim de situá-lo nas políticas públicas de trabalho e renda no Brasil e identificam-se os principais avanços em termos dessas políticas durante os anos 1990 até o momento atual. A quarta parte aborda os procedimentos metodológicos utilizados no estudo e na análise dos dados. É feito um breve

histórico da Feira dos Importados/DF, a definição dos sujeitos investigados e apresenta-se o questionário utilizado na coleta das informações.

A partir da quinta parte do texto, apresenta-se o primeiro contato com a feira, tendo por base as primeiras impressões ao chegar ao local. Na sequência são trazidos os resultados e a análise dos dados obtidos. Por fim, nas considerações finais apresentam-se as principais críticas realizadas ao PNMPO e a conclusão da análise dos dados.

1. Sobre o *Programa Nacional do Microcrédito Produtivo Orientado* (PNMPO)

O *Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado* (PNMPO) foi criado pela medida provisória nº 226 em 29 de novembro de 2004 e em seguida foi transformado em lei. É instituído no âmbito do Ministério do Trabalho e do Emprego pela lei 11.110/2005.

O programa consiste em conceder crédito, sendo este destinado aos chamados “empreendedores populares” que são caracterizados por apresentar baixa renda, desenvolver atividades produtivas de pequeno porte e possuir como faturamento anual até 120 mil reais (BRASIL, 2011c). O objetivo do programa é incentivar a geração de trabalho e renda entre os microempreendedores populares, disponibilizando recursos para o microcrédito produtivo orientado (BRASIL, 2011c). O programa insere-se dentro das diretrizes da economia solidária e de uma política de desenvolvimento caracterizada pela expansão econômica e pela redução das desigualdades sociais e econômicas, garantindo a inclusão ao sistema financeiro de potenciais empreendedores que são marginalizados pelo sistema financeiro tradicional.

As fontes de recursos do programa provêm do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) que é operado por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento Social, Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, Banco do Nordeste e Banco da Amazônia; e através da parcela da exigibilidade dos recursos dos depósitos à vista. Os empreendedores populares podem ter acesso aos recursos por meio das instituições cadastradas no programa que são, principalmente, Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, Sociedade de Crédito ao Microempreendedor e Cooperativas de Crédito e Agências de Fomento. No Brasil, são atualmente 349 instituições que operam o microcrédito, (BRASIL, 2011c).

O programa possui a opção de manter um sistema de aval solidário, como meio de vigiar e garantir as baixas taxas de inadimplência do programa. No sistema avalista, quando um grupo de três ou mais pessoas solicitam o crédito, são dispensadas de outras formas de garantia para obter o financiamento. As pessoas que compõem o grupo servem como “vigias” uns dos outros. Com isso, os dados de inadimplência giram em torno de 5% (BRASIL, 2011c).

Com relação aos principais resultados obtidos pelo PNMPO, segundo o MTE (BRASIL, 2011c), de 2005 a 2010 foram mais de 7,3 milhões de operações de microcrédito, movimentando um total de 9,5 bilhões de reais em concessões de crédito.

Do ano da sua instituição – 2005 – até 2007, o PNMPO realizou 2,42 milhões de operações de microcrédito, gerando a concessão de 2,53 bilhões de reais em crédito. Neste período, o programa apresentou uma taxa de crescimento de 52,42%, aumentando não só a quantidade empreendimentos formais e informais, como também de recursos disponíveis. A tabela a seguir (**Tabela nº 1**), demonstra a quantidade de operações totais realizadas pelo programa nos anos 2005, 2006 e 2007, bem como o valor total de concedido em cada ano.

Tabela nº 1: Quantidade de operações realizadas pelo PNMPO e valores das concessões

Ano	Operações de Microcrédito (em unidade)	Índice (Índice da quantidade de operações de MPO. Ano base 2005 = 100,00)	Valor Concedido (em R\$ 1,00) (Valores nominais)	Índice (Índice do Volume de crédito concedido para o MPO. Ano base 2005 = 100,00)
2005	632.106	100,00	602.340.000,00	100,00
2006	828.847	131,12	831.815.600,78	138,10
2007	963.459	152,42	1.099.702.439,54	182,68
Total	2.424.412		2.534.531.430,72	

Fonte: BRASIL, **Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado: Análise dos Dados Consolidados – Ano 2008**. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, 2008b. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/pnmpo/Relatorio_2008.pdf> Data de acesso: 06/06/2011.

No final do ano 2007, o número de clientes ativos do PNMPO era 513.032 mil pessoas. Destes, 63,3% eram mulheres; 35,7% eram homens e 0,9% não declarados. Outro dado relevante aos clientes ativos é que 94,6% são microempreendedores informais, enquanto apenas 4,2% são microempreendedores formais e 1,1% não declarados (BRASIL, 2007).

Segundo o MTE, 77,8% do crédito concedido foram destinados para financiar capital de giro dos microempreendedores, sendo que 17,3% para investimento fixo e 4,9% para financiamentos mistos. As atividades ligadas ao comércio representam, neste período, 77,6% do crédito do programa, 14,5% para serviços, 4,9% para indústria ou microempreendimentos

produtivos, 1,7% para microempreendimentos agrícolas e 1,2% para outras finalidades (BRASIL, 2007).

Do ano 2005 até 2008 o crescimento do programa apresentou uma taxa de 101,6% e o valor de crédito concedido 200%, chegando ao final de 2008 com a concessão de R\$ 1,8 bilhão de reais (BRASIL, 2008b). Em comparação com o ano de 2007, o número de operações de crédito aumentou 32,2% e o volume financeiro 64,2%, movimentando desde a criação do programa mais de 4,3 bilhões de reais.

Os dados dos clientes ativos no final do ano de 2008 formam um total de 640.448 mil pessoas, sendo 64% mulheres e 36% homens, revelando um pequeno aumento de 0,7% no total de mulheres que aderiram ao programa. Destes 640.448 clientes, 96,4% são empreendedores informais, enquanto 3,6% são formais. O seguimento que teve mais investimentos do microcrédito foi o comércio (89,3%), seguido pelo setor de serviços (7,2%), indústria (2,8%) e o 0,7% restante para atividades agrícolas ou não especificadas (BRASIL, 2008b).

Apesar da crise econômica de 2009, segundo o Relatório do PNMPO (BRASIL, 2009a), o programa continuou crescendo. Em comparação com o ano anterior, o microcrédito cresceu 26,6%, chegando a 2,28 bilhões de reais no final no ano 2009. Desde a criação do programa até esse ano, realizou-se mais de 5,3 milhões de operações de microcrédito, representando um volume total de crédito acima de R\$ 6,6 bilhões em concessões.

Dos clientes ativos no final de 2009 (745.733 mil pessoas), 40,4% eram homens e 59,6% eram mulheres. Segundo o MTE, do valor concedido para as operações do microcrédito, 96,7% foram destinados a empreendimentos informais e 3,3% para empreendimentos formais (BRASIL, 2009a). Sobre o ramo de atividade, 86,7% do valor disponibilizado foi destinado à atividade comercial, 9,6% para serviços, as atividades industriais receberam 2,4%, a agricultura 0,3% e 1% corresponde a outras atividades.

Dos clientes ativos no final do ano de 2010 (893.891 mil pessoas), 63,9% são mulheres – demonstrando um crescimento significativo de 4,2% com relação ao ano anterior –, enquanto 36,1% são homens. Os empreendimentos informais representaram 96,6% das concessões de

crédito, enquanto somente 3,3% para empreendimentos formais. A atividade produtiva de maior prevalência é a de comércio (88,4%), em seguida têm-se serviços (8,1%), indústria (3%), agricultura (0,2%) e outros (0,2%) (BRASIL, 2010).

Os dados apresentados demonstram que a maioria da presença é de mulheres que vem recorrendo ao programa desde seu início, bem como a prevalência do destino de recursos do programa para o mercado informal, nos setores de comércio e serviços.

Diante do apresentado acima, nota-se a importância das atividades dos setores de comércio e serviços no âmbito do programa. A Feira dos Importados, por apresentar em sua grande maioria comerciantes e em certo grau empreendedores na área de serviços, como por exemplo, restaurantes e lanchonetes, possui chance significativa de apresentar beneficiários do PNMPO.

Com a finalidade de melhor compreender o contexto no qual o PNMPO se insere, trazem-se à discussão as diretrizes centrais do MTE delineadas a partir do Relatório do Plano Plurianual (2008 a 2011) do Ministério do Trabalho e Emprego (BRASIL, 2009b), cujos objetivos setoriais são:

- Expandir a economia solidária como alternativa para o desenvolvimento do país;
- Fomentar o aumento de postos de trabalho e de renda e promover a inclusão social por intermédio do Microcrédito Produtivo Orientado (MPO);
- Implantar um sistema de relações de trabalho mais democrático, transparente e com maior controle social;
- Implementar um Sistema Público de Emprego para a promoção de políticas universais de emprego, trabalho e renda;
- Promover políticas de integração internacional dos direitos ao trabalho, com base no fortalecimento da inclusão e no diálogo social;
- Reduzir a precarização das relações de trabalho.

Destaca-se ainda o objetivo do PNMPO estabelecido como:

Ampliar o acesso ao crédito bem como apoiar e estimular o segmento de instituições que operam o microcrédito produtivo orientado, com ênfase no fortalecimento do

empreendedorismo de pequeno porte, individual ou coletivo, promovendo a inclusão social e o desenvolvimento em âmbito local (BRASIL, 2009b, p. 60).

Segundo o Relatório (BRASIL, 2009b), os principais resultados obtidos em 2008 com relação ao número de contratos de microcrédito, valores de aplicações e número de instituições habilitadas e os esforços para que fosse atingido o objetivo vinculado especificamente ao PNMPO – fomentar aumento de postos de trabalho e de renda e promover a inclusão social por intermédio do Microcrédito Produtivo Orientado (MPO) – foram avaliados como “acima do esperado”, o que traduz o bom desenvolvimento e sucesso do programa. Por outro lado, foi preocupante a avaliação do desempenho do programa com relação à cobertura do seu público alvo. A justificativa pelo não alcance deste objetivo é apresentada a seguir:

Segundo pesquisa do IBGE, de 2003, existem mais de 10 milhões de microempresários informais no país, sendo que a grande maioria nunca teve acesso ao crédito tradicional. Mas esse número de pessoas não pode ser considerado público-alvo do microcrédito, já que nem todo mundo demanda crédito. Pesquisas demonstram que apenas cerca de 20% desse público se interessaria por crédito, o que representa 2 milhões de microempresários como público-alvo. Como em 2008 o público atendido foi de 640 mil (clientes mapeados), então o programa está alcançando 32% do público (BRASIL, 2009b, p. 63).

O relatório trata também de deficiências no sistema de avaliação do PNMPO e na necessidade de inclusão das chamadas “minorias”, visto que foram identificadas deficiências com relação à possibilidade de inclusão social. Conforme o Relatório apresentado é imprescindível realizar a avaliação da satisfação dos beneficiários e incluir os temas transversais como raça, gênero, pessoas com deficiências, crianças, entre outros no contexto dos objetivos do programa.

De fato, a inclusão de itens transversais nas políticas sociais brasileiras como um todo é de suma importância para a inclusão social dessas minorias, como discute Bandeira (2005) no texto cujo tema é a inclusão da transversalidade da perspectiva de gênero nas políticas públicas no Brasil. Segundo a autora, foi inovadora a nova perspectiva trazida pelo Plano Plurianual 2004-2007 na qual se adotava nas ações do governo mecanismos para a promoção da inclusão social e da equalização das oportunidades, a partir de questões relacionadas ao gênero, à raça, à etnia, a pessoas portadoras de deficiências e à cidadania.

Conforme o exposto acima há dois eixos para a compreensão do PNMPO. O primeiro diz respeito à centralidade ocupada pelo PNMPO nas políticas de inclusão social do MTE, à medida que há em seu escopo o reforço do caráter inclusivo. Isso acontece porque esse

programa ao apresentar em seus objetivos o aumento da renda, a oferta de empregos e melhoria das condições de vida da população menos favorecida, traz à tona a expansão da economia solidária e a inclusão daqueles que antes estavam à margem do mercado de trabalho. O segundo eixo trata da necessidade de avaliação do programa, pois como apontado pelo Relatório (BRASIL, 2009b), há deficiências no sistema de avaliação do PNMPO que precisam ser superadas, particularmente, aquelas relativas às percepções do programa pelos beneficiados e à inserção dos temas transversais.

2. Contextualização do Estado e políticas públicas

Com o governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010), algumas áreas sociais tornaram-se foco das ações do governo e assumiram importância. Algumas delas foram inseridas como prioridades no âmbito do Plano Plurianual 2004-2007 e passaram a ser concretizadas como políticas públicas e ancoradas em novas instituições criadas pelo governo (BANDEIRA, 2005).

As mudanças principais inseriram-se no âmbito do Plano Plurianual 2004-2007 que estabeleceu como objetivos centrais a inclusão social e a redução das desigualdades sociais; o crescimento do país concomitante com a geração de emprego e renda como forma de reduzir as desigualdades regionais e a promoção da cidadania e o fortalecimento da democracia.

A preocupação com questões relacionadas à redução da desigualdade social e, portanto, à inclusão social, cresceu à medida que ampliaram os processos de reestruturação industrial, de globalização financeira e de mudanças tecnológicas e juntamente ocorreu o aumento da concentração de renda e de riqueza, agravando a exclusão e marginalização social (GUILHON et al , 2006).

No Brasil, a falta de acesso ao trabalho e à terra são fatores fundamentais para o agravamento das questões sociais. O Estado brasileiro, com o fim de amenizar tais desigualdades ou compensar os cidadãos pelo que lhes falta, concretizou suas ações em políticas públicas e gastos sociais, com educação, transporte, segurança, auxílio financeiro, em desemprego. Essas políticas sociais trouxeram às intervenções estatais um caráter compensatório e focalizado cuja finalidade é encobrir a mercantilização dos serviços sociais.

De modo geral, a ação estatal no caso brasileiro, sempre apresentou um importante papel na constituição do mercado de trabalho e suas relações. Com o aprofundamento da industrialização, a regulação das relações de trabalho e a modernização econômica, a partir dos anos 1930, o mercado de trabalho sofreu profundas transformações, estruturando-se de forma heterogênea e favorecendo a formação de excedentes da força de trabalho impulsionado pela migração do campo para a cidade (SILVA et al, 2006).

Devido a essa nova configuração decorrente do crescimento econômico, passou-se a constituir como parte significativa da mão-de-obra do país trabalhadores informais, com baixa remuneração e instabilidade e que se posicionam à margem dos benefícios do mercado de trabalho e dos benefícios ligados a esse sistema, além de não possuírem acesso à proteção social.

Neste cenário, tornou-se necessária a revisão das funções do Estado, que passou a desempenhar um papel fundamental na promoção de políticas de proteção social, regulação do trabalho e das relações de trabalho. As consequências desse novo modelo estatal, definido por Silva et al (2006), como “Estado empresário”, foram traduzidas na elevação da pobreza e favelização, principalmente, devido à diversificação industrial, aumento da força de trabalho e a concentração da população nas grandes cidades.

Segundo Pochmann (2006), é possível pensar que houve um subdesenvolvimento do mercado de trabalho no Brasil durante o período de 1930 a 1970, no qual se deu a constituição do segmento social dos menos favorecidos graças à ampliação do emprego assalariado e o aumento dos excedentes de força de trabalho. Formou-se, nesse contexto, um padrão de sociedade salarial incompleto, decorrente da desregulação do mercado, da distinção entre trabalho formal e informal, de salários baixos e trabalhadores autônomos, fatores esses que contribuíram diretamente para agravamento das questões sociais e daquelas relacionadas ao mundo do trabalho neste período.

Além disso, a falta de meios para a incorporação social e ocupacional não foram cobertas pelas políticas públicas no período de 1930 a 1980, o que juntamente com a adoção de um programa neoliberal por parte do governo nos anos 1990, contribuiu ainda mais para a desestruturação do mercado de trabalho.

A preocupação com o desemprego apenas tornou-se preocupação do governo a partir de 1960. Institui-se um auxílio monetário em caso de rompimento de contrato por meio do *Fundo de Garantia por Tempo de Serviço* (FGTS) em 1967 e o atendimento ao desempregado através do *Sistema Nacional de Emprego* (SINE) em 1975.

Como consequência da crise externa do capitalismo a partir do ano 1973 e das crises do petróleo, a partir dos anos 1980 o mercado de trabalho brasileiro sofreu novas transformações. A economia passou por um período de estagnação e inflação e o Estado por uma crise fiscal e financeira. As desigualdades sociais aumentaram, bem como os índices pobreza, repercutindo em uma baixa possibilidade de mobilidade social. Além disso, poucas medidas foram criadas como iniciativas emergenciais, merecendo destaque apenas para a implementação do seguro desemprego em 1986 e a redução da jornada de trabalho de 48 para 44 horas semanais em 1988.

O trabalho sofreu grande desestruturação devido à instabilidade econômica e ao aumento do desemprego. Acrescenta-se a isso o exposto por Silva et al (2006, p. 11):

o esgotamento do padrão centrado na industrialização, com desmonte do projeto nacional desenvolvimentista e opção por um projeto liberal-internacionalista. Principalmente a partir da década de 1990, verifica-se o alinhamento do Brasil ao movimento geral de globalização financeira e a implementação de um conjunto de reformas: reforma administrativa do Estado; abertura do Estado; abertura comercial e financeira; privatizações; desregulamentação das relações de trabalho; reforma da Previdência Social.

Somente em 1994, com a instituição do Plano Real, foi que o Brasil conseguiu recuperar a sua estabilidade e o retorno à economia internacional. Entretanto esse longo período de instabilidade, dificultou a possibilidade de superação da crise social e agravou a crise geral do Estado.

As consequências puderam ser notadas nas relações de trabalho, no próprio trabalho e na capacidade deficiente do Estado em absorver as demandas por proteção social. Alguns exemplos desses novos problemas são citados por Silva et al (2006) que enfatiza, entre outros: o crescimento do setor terciário, do setor de comércio ambulante e de serviços pessoais; crescimento do setor informal; aumento do desemprego; piora na qualidade dos postos de trabalho; aumento da precarização das relações de trabalho, da baixa remuneração, da instabilidade e da ausência de proteção social; estagnação dos rendimentos de trabalho; piora na desigualdade de renda e nos padrões de mobilidade social; aumento da segmentação e discriminação no mercado de trabalho.

A ação do Estado para o combate a essa nova configuração do mundo do trabalho no Brasil, apenas foi concretizada com a criação do *Sistema Público de Emprego*, nos anos 1990, por

meio da unificação dos recursos do *Programa de Integração Social* (PIS) e *Programa de Formação de Patrimônio do Servidor Público* (PASEP) e a criação do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), voltado para o financiamento de políticas de proteção, como o *Programa Seguro-Desemprego*.

Apesar da tentativa de mudança na proteção social ao trabalhador, esse sistema era insuficiente. Constituíam-se de políticas de transferência temporária de renda, por meio do seguro-desemprego e do abono salarial; de prestação de serviços, como, por exemplo, qualificação profissional e concessão de microcrédito. As explicações para as limitações do Sistema Público de Emprego relacionaram-se ao vínculo com o setor formal, o desenvolvimento de ações e programas de caráter compensatório e de baixa-eficácia e a baixa integração entre os demais programas implementados pelo sistema (SILVA et al, 2006).

Pochmann (2006) compartilha a mesma opinião da autora anteriormente citada, segundo esse autor, as medidas introduzidas no trabalho por meio de políticas públicas nos anos 1990 não representaram um reforço às políticas de atenção ao desemprego antes implementadas, apresentaram, portanto, baixa efetividade e eficácia, gerando uma redução da sensibilidade na aplicação dos recursos públicos frente à heterogeneidade do desemprego (POCHMANN, 2006).

Ainda segundo o autor, o modelo neoliberal adotado pelo Estado brasileiro não colaborou para a superação do quadro de crise social no país, diz o autor:

(...) a introdução das medidas de corte neoliberal terminaram agravando o quadro geral do desemprego no Brasil, colaborando, inclusive, com o deslocamento da responsabilidade pública para o indivíduo. Por conta disso, cabe uma ampla reformulação das políticas de emprego, uma vez que o corte de recursos públicos na área do trabalho, acompanhado da flexibilização do mercado de trabalho e da desregulação das políticas públicas do trabalho somente fragilizou ainda mais a condição deste mesmo trabalho (POCHMANN, 2006, p. 32).

A partir do exposto, é possível afirmar que as políticas de trabalho e renda no Brasil precisam sofrer mudanças. Essas mudanças, para Pochmann (2006), podem ser trazidas por meio da ampliação de gastos e da alteração no padrão de uso dos recursos públicos, além da necessidade da introdução de novas políticas sensíveis às questões do desemprego e da informalidade do mercado de trabalho.

Ratificando, Pochmann (2006) critica que não se constituiu “um sistema nacional de emprego com medidas articuladas e integradas entre si e universalizadas para o conjunto do mercado de trabalho (formal e informal)” (POCHMANN, 2006, p. 34). Na verdade, agregaram-se iniciativas que operam, segundo o autor, em regime de sobreposição no atendimento de certas “clientelas”, com efetividade e eficácia discutidas.

Essa desarticulação das políticas de emprego não foi solucionada atualmente, diz o autor:

a despeito das inovações realizadas mais recentemente, o conjunto das políticas públicas direcionadas ao desemprego aprofundou a fragmentação das ações em diversas instituições sem coordenação, com maior pulverização dos recursos e ainda reduzida escala de cobertura. Enfim, passou a reinar a desarticulação e desintegração, com desperdícios, baixa eficácia e pequena eficiência (POCHMANN, 2006, p. 34).

A partir dos anos 1990, novas ações governamentais foram implementadas com os recursos do FAT e voltadas para o desemprego e para a geração de novos postos de trabalho. Como, por exemplo, o *Programa Nacional de Formação Profissional* (Planfor), o *Programa de Geração de Emprego e Renda* (Proger), o *Programa de Emprego* (Proemprego) e as iniciativas de empréstimos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

No cenário de crise no mundo do trabalho nos anos 1990, no Brasil a política de economia solidária, segundo Barbosa (2006), foi uma estratégia empregada pelo governo para suprir os descaminhos tomados pelas políticas de emprego e desenvolvimento. Neste sentido:

Tende a se situar como política de atenção aos grupos sociais mais vulneráveis ao desemprego estrutural e empobrecimento, como também serve para consolidar atenção pública à miríade de ocupações informais que cresceram a par com a diminuição do emprego regulamentado (BARBOSA, 2006, p. 90).

Para Barbosa (2006), os esforços no governo no período de 1990 a 2000 foram centralizados no seguro desemprego, na qualificação e na intermediação de mão de obra, por meio de programas de geração de trabalho e renda e tentando transformar desempregados e trabalhadores do setor informal em empreendedores bem sucedidos. Sobre a repercussão desses programas, diz a autora:

Os estudos mostram que até hoje é fraca a repercussão desses programas em decorrência da dinâmica econômica estrutural não favorável à autonomia e sustentabilidade do país; e, no bojo disso, também em decorrência de um ambiente desestruturado do trabalho e suas formas de organização, o que só limita possibilidades de maior igualdade social (BARBOSA, 2006, p. 99).

Os programas de geração de renda foram fortificados a partir de 1993 com o *Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador* (CODEFAT), este conselho administrava recursos provindos do trabalho para financiar ações cuja finalidade era a promoção de renda e ocupação, como por exemplo, o microcrédito. Este último concedia recursos do FAT para o *Programa de Geração de Emprego e Renda* (PROGER) através de instituições financeiras federais, como o Banco do Brasil, o Banco Nordeste, o BNDES, a Caixa Econômica Federal, entre outros. O mesmo acontece hoje com o PNMPO, no entanto os recursos do FAT são dirigidos diretamente ao PNMPO para a concessão de microcrédito através das instituições financeiras credenciadas no programa.

Barbosa (2006) e Moretto et al (2003) crítica essa iniciativa de fornecimento de microcrédito aos trabalhadores que estão à margem do mercado. A questão que a autora levanta refere-se ao fato de que as instituições financeiras exigem garantias semelhantes a esses trabalhadores e às entidades financeiras privadas, gerando entraves ao acesso efetivo do crédito.

A partir de 2003, com o governo Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), concretizaram-se como política pública as ações voltadas para a geração de trabalho e renda dos anos 1990, especificamente aquelas nomeadas como economia solidária. A compreensão da economia solidária é fundamental, para este estudo, posto que o PNMPO insere-se nas diretrizes desse programa.

O termo “economia solidária” refere-se à:

práticas econômicas populares que estão fora do assalariamento formal – como comércio ambulante, pequenas oficinas, serviços autônomos, artesanato, confecções de costura, etc. – , englobando ações que são individualizadas e outras que agrupam pessoas onde o sentido de coletividade precisa ser enfocado, provocando a solidariedade na produção da atividade econômica, propriamente (BARBOSA, 2006, p. 101).

Deste modo, a economia solidária é uma forma de economia popular cujas práticas econômicas de sobrevivência favorecem a reunião de grupos em associações, cooperativas ou pequenas empresas autônomas.

Algumas características dos grupos cuja organização baseia-se nas diretrizes da economia solidária são: pequeno porte, número reduzido de trabalhadores, volume de produção e comercialização em pequena escala. Além disso, segundo a autora:

é comum que sua organização seja pouco complexa, em geral, bem improvisada em termos de estruturação dos segmentos organizacionais, divisão do trabalho e hierarquia. Na maioria das vezes não costuma se nutrir por esse tipo de cultura de trabalho de racionalização formal, havendo presença de relações familiares e também iniciativas de autogestão. Ainda que o campo se manifeste como bem heterogêneo, é comum a forte presença da informalidade nas relações de trabalho, na estruturação organizacional e na base legal dos procedimentos fiscais, tributários, sanitários e trabalhistas (BARBOSA, 2006, p. 102).

Todas essas características são facilmente encontradas em grande maioria dos trabalhadores da feira, como por exemplo, informalidade das relações de trabalho, presença de parentes, autogestão, pouca complexidade de organização hierárquica, etc.

Segundo Antunes (2006) o empreendedorismo popular pode ser compreendido como uma forma atípica de trabalho, categoria estabelecida pelo autor para designar uma atividade laboral que possui uma face patronal e ideais capitalísticos. Trata-se de uma forma de trabalho subordinado, precarizado e instável. Apesar de ser um trabalho autônomo, esconde uma realidade ligada ao ciclo produtivo e do capital, implicando em uma espécie de marginalização social, pois não inclui o trabalhador no sistema do mercado.

Tendo em vista que o PNMPO insere-se nessa perspectiva, é possível afirmar que os empreendedores da feira são em potencial participantes do programa. Isso porque, segundo a colocação da autora (BARBOSA, 2006) é provável que as possibilidades de rendimentos superiores ao custo destes trabalhadores sejam poucas, limitando-se somente a vender aquilo que está estabelecido pelas práticas já conhecidas de consumo, ao invés de expandir seus investimentos e arriscar vencer a barreira que cerca esses pequenos agenciamentos econômicos.

Finalmente, as críticas que envolvem a instituição da economia solidária relacionam-se ao fato de que por traz do pequeno negócio existe uma ideologia da liberdade de ação e realização pessoal, quando na verdade, este tipo de empreendedorismo não acolhe os trabalhadores em um sistema salarial estável.

Acrescenta-se a isso que a perversidade do mercado gera solidariedade por meio de laços sociais estabelecidos entre os trabalhadores deserdados do assalariamento e suas instituições. Para encobrir a marginalização, a desproteção pública e o desamparo do mercado, utiliza-se da elevação da autoestima individual e o poder de associação entre trabalhadores antes independentes. Na realidade, os trabalhadores se deparam com sentimentos de fracasso e frustração ao perceber que além de desamparados do mercado e de seus benefícios, são incapazes de prover suas vidas com estabilidade.

Diante deste cenário, é possível afirmar que atualmente assiste-se a uma transformação no padrão de regulação estatal, fato que vem afetando os objetivos e conteúdo das políticas públicas voltadas para o mundo do trabalho (GUILHON et al, 2006). As políticas de intervenção do lado da oferta, como por exemplo, oferta de crédito, incentivo ao trabalho autônomo, passam a ser substituídas por políticas voltadas para a demanda, como a formação profissional, visando aumentar a competitividade econômica e a flexibilização do mercado.

Estas políticas voltadas para o mundo do trabalho podem ser caracterizadas como passivas ou ativas. As políticas passivas têm como objetivo assistir financeiramente ao trabalhador desempregado ou reduzir o excesso de oferta de trabalho, como por exemplo:

o seguro-desemprego, os programas assistenciais voltados ao atendimento dos que não tem acesso ao seguro, incentivos à aposentadoria antecipada, a manutenção de jovens no sistema escolar e a redução da jornada de trabalho (Guilhon et al, 2006, p. 163).

As políticas ativas, por sua vez, são aquelas cuja finalidade é atuar diretamente sobre a oferta ou demanda de trabalho, pode-se citar como exemplo:

a formação profissional e a intermediação da mão-de-obra, atuando do lado da oferta de trabalho e a criação direta de empregos pelo setor público, subsídios à contratação, oferta de crédito para pequenas e microempresas e incentivo ao trabalho autônomo, atuando do lado da demanda (Guilhon et al, 2006, p. 163).

Com base no exposto, pode-se sugerir que o PNMPO é uma política que emprega medidas ativas, pois incentiva o trabalho autônomo e oferece crédito à microempreendedores, visando também à criação de novos postos de trabalho por meio do crédito concedido.

3. Procedimentos metodológicos

Considerando os objetivos do estudo, a saber: compreender o que representa o PNMPO no quadro das políticas de trabalho e renda no Brasil, bem como o perfil sócio demográfico dos beneficiados, a demanda social e a finalidade do crédito concedido, pretendendo-se especificamente, verificar em que medida o PNMPO promove por meio de suas ações a inclusão social, a autonomia e o desenvolvimento do empreendedorismo na Feira dos Importados/DF, o delineamento de pesquisa aqui utilizado foi o de um estudo de caso.

Segundo Alves-Mazzotti (2006), é fundamental que um estudo de caso busque compreender um fenômeno social complexo e contemporâneo, através de informações sobre a natureza do caso, o histórico, seu contexto e pela coleta de dados com variadas técnicas e junto a informantes representantes do caso. Além disso, é caracterizado pela predominância de questões e temática sobre relações complexas.

Simplificando, Gil (1999, p. 72-73) define um estudo de caso como um “estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir o seu conhecimento amplo e detalhado”.

Optou-se por este tipo de delineamento por visar à descrição do contexto na Feira dos Importados, recolhendo informações sobre sua história, seu funcionamento, sua organização e suas principais características.

Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa realizada a partir da coleta de dados empíricos, cuja finalidade foi investigar um fenômeno atual dentro do seu contexto. Para o seu desenvolvimento utilizou-se de pesquisa documental e de um trabalho de campo na Feira dos Importados, procurando descrever o contexto no qual a feira se insere e buscando estabelecer relações e realizar comparações entre a feira e o PNMPO.

A realização do trabalho de campo compreendeu duas etapas, a aproximação com o campo empírico e a aplicação dos questionários, que serão melhor detalhadas posteriormente.

3.1. Campo empírico: Feira dos Importados/DF

A Feira dos Importados está localizada no Setor de Indústria e Abastecimento (SIA) Sul, no Distrito Federal. Nesta, pode-se encontrar uma grande diversidade de produtos entre aparelhos eletrônicos e informática, roupas; bolsas e acessórios; sapatos; artigos esportivos; papelaria; produtos de beleza; brinquedos; jogos eletrônicos; CD's e DVD's; floricultura; móveis e artigos decorativos; restaurantes e lanchonetes; entre outros.

Segundo dados da Cooperfim¹, atualmente a feira possui 2.094 bancas, sendo o número de proprietários, aproximadamente 1080, destes, 20% são estrangeiros (216 pessoas aproximadamente). Segundo o Jornal *Hoje em Dia* (2011), mais de 80% dos comerciantes estão conforme as exigências do mercado formal. Mas não foi sempre assim. A Feira dos Importados ocupou quatro espaços diferentes nos últimos 20 anos.

A feira começou na Rodoviária no centro de Brasília em 1990, mas foi retirada por determinação do governo. Em 1992, os comerciantes se concentraram na W3 Sul, mas foram transferidos, em 1994, para o estacionamento do Estádio Mané Garrincha. No entanto, devido a uma ação do Ministério Público, a então Feira do Paraguai foi proibida de ficar instalada lá e foi deslocada para o SIA, em 1997, foi quando passou a ser denominada Feira dos Importados e onde está até hoje.

Em 2008, uma licitação da Terracap foi realizada com o fim de privatizar a Feira dos Importados. A Cooperativa de Produção e Compra em Comum dos Empreendedores da Feira dos Importados (Cooperfim) venceu a licitação e pagou R\$ 47 milhões pela feira. Segundo o Jornal *Hoje em Dia* (2011), a Cooperfim prometeu muitas mudanças para feira, como por exemplo, a importação de produtos diretamente da China por meio de compras coletivas, sem passar pelo Paraguai; reforma dos banheiros; cobertura do centro da feira e dos corredores e privatização do estacionamento. No entanto, até o momento atual, nenhuma dessas mudanças foi notada.

¹ A Cooperfim diz respeito à Cooperativa de Produção e Compra em Comum dos Empreendedores da Feira dos Importados que é a atual responsável pela administração da feira.

Como explicado no capítulo introdutório, a Feira dos Importados foi tomada como campo empírico para a realização do estudo devido ao seu grande contingente de microempreendedores. Partiu-se do pressuposto de naquele espaço encontrar-se-ia pessoas que haviam aderido ao PNMPO, dado que, segundo os relatórios do mesmo (BRASIL, 2007; BRASIL 2008b; BRASIL, 2009a; BRASIL, 2010; BRASIL, 2011b), parte significativa do crédito dirige-se às atividades do setor comercial. Em 2010, por exemplo, 88,4% do valor disponibilizado ao crédito foi destinado ao comércio (BRASIL, 2010). Sendo assim, seria possível a partir da feira estabelecer comparações entre os indivíduos que haviam aderido ao programa e entre aqueles que não o fizeram.

3.2. Caracterização dos sujeitos investigados

O estudo caracterizou dois grupos de comerciantes proprietários aos quais seriam aplicados os questionários, em um primeiro momento, e na sequência seriam avaliados em momentos distintos – “antes” e “depois”. O primeiro grupo refere-se aqueles comerciantes inqueridos que ingressam no programa de crédito do governo e comparados quanto a sua situação socioeconômica e de trabalho antes e depois do ingresso no programa. O segundo grupo refere-se aos que não ingressaram no programa de crédito e, assim como no primeiro grupo, foram comparados quanto a mudanças socioeconômicas e de trabalho, porém, utilizando-se como marco temporal o ano de 2007².

A escolha dos inqueridos ocorreu a partir da proposição de uma amostra por conveniência. Segundo Gil (1999), trata-se de uma seleção a partir dos elementos a que o pesquisador tem acesso, admitindo-se que estes inqueridos possam representar, em alguma medida, o universo de inserção dos comerciantes da feira. Nesta perspectiva, os inqueridos foram escolhidos segundo critérios como disponibilidade e disposição para responder a um questionário. Retirou-se de cada conjunto da feira (A, B, C e D), um grupo de aproximadamente 25 comerciantes proprietários, totalizando 105 questionários aplicados entre homens e mulheres da Feira dos Importados/DF.

² A opção pelo ano 2007 deu-se por acreditar que o impacto de um programa governamental pode se melhor avaliado a partir de dois anos decorrentes da sua implementação. Sendo assim, como o PNMPO foi criado em 2005, elegeu-se 2007 como marco temporal.

Apesar de parecer um número pequeno para representar os 1080 proprietários, é um número bastante confiável, dado que 20% são estrangeiros, um número significativo de pessoas se instalou há pouco tempo e existem muitas bancas que são alugadas.

3.3. Instrumento de coleta dos dados

Neste estudo, para conhecer operacionalmente as causas (ingresso no programa de crédito do governo e não ingresso no programa de crédito do governo por parte dos comerciantes), coletaram-se respostas sobre se o comerciante proprietário do estabelecido havia recorrido ou não a um programa de crédito do governo.

Para conhecer operacionalmente os efeitos produzidos pelo acesso ao PNMPO e pelo não acesso ao programa, utilizaram-se duas variáveis, a partir da caracterização de indicadores referentes a repercussões nas condições socioeconômicas e nas condições do estabelecimento comercial. A primeira foi avaliada por meio das respostas sobre o aumento da renda, mudança para uma casa/bairro melhor, reforma da casa, melhoria das condições de moradia (casa própria), compra de um novo carro. A segunda variável relacionada às melhorias no estabelecimento, no comércio e nas condições de trabalho dos comerciantes, foi avaliada pelas respostas sobre as seguintes questões: passou da informalidade para a formalidade, implementou reformas/expandiu o estabelecimento, abriu um novo estabelecimento, melhoria da qualidade das mercadorias, aumento de lucros, contratação de funcionários, pagamento de salário fixo aos funcionários, assinou carteira de trabalho dos funcionários.

O questionário aplicado caracterizou-se por apresentar um conjunto de questões fechadas e o tempo de aplicação variou entre 5 a 7 minutos. No pré-teste observou-se que seria difícil aplicar um questionário longo, com muitas questões e com questões abertas, por isso optou-se por um questionário objetivo e com um número de perguntas reduzido.

O pré-teste foi realizado anteriormente a coleta de dados com um pequeno grupo da amostra (15 participantes) com o fim de testar o questionário, avaliar as reais condições do campo e calcular o tempo médio da aplicação. Já no pré-teste foram identificadas diversas dificuldades para a aplicação do questionário, grande parte das pessoas se recusou a responder

o questionário em teste, apesar de a pesquisadora ter deixado bem claro que os dados eram sigilosos e anônimos. Além disso, a presença de estrangeiros na Feira dos Importados foi outro problema encontrado, pois eles não poderiam ser inseridos no universo amostral por não serem considerados público alvo em razão da nacionalidade do programa em análise.

Depois das adequações feitas devido às verificações no pré-teste, entrou-se em campo com a versão final do questionário (Ver **Anexo 1**). As dificuldades persistiram e o problema de atingir um número representativo de participantes ficou cada vez mais claro, conforme se avançou no campo e mais pessoas se recusavam a responder.

Abordavam-se os possíveis participantes da seguinte forma: a pesquisadora circulava pelos corredores a fim de encontrar alguém que parecesse disponível, apresentava-se e, na sequência, falava sobre a pesquisa, explicava a finalidade brevemente e o que estava sendo realizado na feira, esclarecia que o questionário era anônimo e que não havia nenhuma possibilidade do respondente ser identificado e perguntava-se se a pessoa gostaria de participar respondendo ao questionário cuja aplicação durava no máximo 7 minutos.

Caso a pessoa se recusasse, agradecia-se e passava-se a outra pessoa em potencial. Caso a pessoa aceitasse, perguntava-se se ela gostaria de responder sozinha ou que a pesquisadora fosse perguntando e marcando as respostas no questionário simultaneamente. A maioria das pessoas optou pela aplicação do questionário pela pesquisadora.

Após a aplicação do questionário, perguntava-se ao participante se gostaria de acrescentar alguma questão ou comentário. Nessa parte, obtiveram-se reclamações, sobretudo sobre o processo burocrático para a aquisição do crédito, as altas taxas de juros, o novo modelo de administração da feira, a concorrência desleal com grandes empresas e lojas *online*, entre outros. Em seguida, agradecia-se a participação e informava-se aos participantes que uma cópia do estudo seria deixada na administração da feira quando da conclusão da pesquisa, caso quisessem conferir os resultados.

4. Entrando na dinâmica do campo empírico: a Feira dos Importados/DF

Antes de analisar os dados coletados faz-se necessário esclarecer algumas características da Feira dos Importados, com o objetivo de contextualizar o ambiente da feira, descrever suas características mais exaltantes e as primeiras impressões da pesquisadora durante a primeira visita para o reconhecimento do campo.

Apesar de já conhecer a Feira dos Importados há muitos anos, o primeiro contato com a feira considerada como campo empírico aconteceu em outubro de 2011 e deu-se por meio de uma reunião agendada por telefone com o diretor institucional, pessoa responsável pela autorização para a realização da pesquisa e por fornecer alguns dados demográficos que a Cooperativa de Produção e Compra em Comum dos Empreendedores da Feira dos Importados (Cooperfim) possui.

Embora houvesse grande expectativa com relação a esses dados – esperava-se, no mínimo, o número total de bancas e de proprietários, a quantidade de estrangeiros, a distribuição por sexo, idade e atividade comercial – não se obteve sucesso no fornecimento desses dados, pois a Cooperfim não os possuía. Apenas conseguiu-se estimar que partindo do número de bancas da feira, que era de 2094, havia aproximadamente 1080 proprietários, sendo desses 20% estrangeiros.

Na conversa com o diretor institucional, foi possível identificar problemas que os comerciantes da feira têm passado. Como por exemplo, o fechamento de muitas lojas, a burocracia para a concessão de crédito e a concorrência com grandes empresas e empresas *online*.

A Feira dos Importados possui uma curiosa forma para ser uma feira. Possui 4 conjuntos (A, B, C, D), cujas bancas são numeradas a partir do número 1. Apesar de ser uma feira, as bancas são como “mini-lojas”, algumas possuem até vitrine – o que irrita bastante os comerciantes das bancas ao lado, pois os clientes ficam parados na frente olhando a vitrine da banca concorrente e atrapalhando a movimentação dos seus clientes. Esses conjuntos são cobertos e são separados por dois corredores que são largos e perpendiculares.

A configuração desses conjuntos é a mesma: possui corredores apertados e uma praça central descoberta com bancos. Eles não possuem qualquer tipo de designação por atividade comercial, em todos os conjuntos encontra-se de tudo: sapatos; acessórios; aparelhos eletrônicos e informática; papelaria, entre outros. A única diferença que se pode notar é com relação às bancas que estão viradas para os largos corredores centrais, pois possuem produtos cujos preços são mais caros que no resto da feira e possuem maior fluxo de pessoas.

A feira funciona de terça a domingo. Durante a semana a feira quase não apresenta movimento de consumidores e comerciantes. Muitas bancas não abrem e assemelha-se a um deserto em comparação com sexta-feira e com o final de semana. Segundo o diretor institucional da feira, durante o fim de semana passam pela feira aproximadamente 100 mil pessoas. Em períodos de festas, como o Natal, esse número alcança o dobro, 200 mil.

O grande fluxo de pessoas que passa durante o fim de semana pela feira foi um obstáculo para o desenvolvimento da pesquisa, pois ao passo que havia muita circulação de pessoas, os inqueridos se recusavam a participar da pesquisa, visto que não dispunham de tempo para responder ao questionário devido à quantidade de clientes. Por outro lado, nos dias em que a feira estava mais vazia, não havia muito comerciantes por lá.

Com relação à infraestrutura, a feira não oferece serviços satisfatórios. Os banheiros são mal localizados e escondidos. Devido ao grande número de pessoas que circulam por ali, não se pode afirmar que o banheiro tem condições de higiene e instalações adequadas.

A feira não oferece uma cobertura aos corredores centrais, o que não traz conforto para os consumidores em períodos de chuva. Além disso, os corredores internos dos conjuntos são muito apertados e dificultam circulação das pessoas e do ar.

Uma melhoria implementada na infraestrutura da feira que parecia imprescindível foi o nivelamento do chão. Há alguns anos atrás a feira possuía um desnivelamento no mesmo, pois cada banca localizava-se a uma altura diferente. O nivelamento da feira foi uma importante mudança, pois se tratava de uma questão de segurança, já que muitas pessoas, distraídas pelos atrativos oferecidos pelas bancas, tropeçavam e até podiam cair.

Outro problema estrutural na feira refere-se aos estacionamento. O crescimento da feira, não acompanhou um crescimento dos estacionamento, uma vez que continuam os mesmos desde o deslocamento da feira do Estacionamento do Estádio Mané Garrincha para o atual local. Frequentemente, formam-se engarrafamentos e filas para estacionar. Além disso, o comércio ambulante e os camelôs rodeiam os estacionamento agravando a situação de caos juntamente com trânsito naquela região. Não é difícil presenciar pessoas que se irritam e desistem de ir à feira devido a esses problemas. Os comerciantes sabem disso, e muito deles apontaram tais questões durante a aplicação do questionário.

Atualmente, a Cooperfim possui uma proposta de privatização dos estacionamento, mas não é possível afirmar com segurança que tal ação trará melhorias, pois, na verdade, o que a feira precisa é da expansão dos estacionamento.

Outros projetos da Cooperfim são a cobertura dos corredores centrais e a importação de produtos diretamente da China através de compras coletivas. Apesar de essas propostas terem surgido em dezembro de 2010 e divulgadas em um jornal de circulação local *A Voz da Feira*, nenhuma melhoria pode ser notada até recentemente.

O jornal acima referido, *A Voz da Feira*, trata-se de uma iniciativa da cooperativa que administra atualmente a feira. Ele traz informações sobre os projetos da Cooperfim e sobre o que acontece nas cercanias da feira, artigos sobre os comerciantes que se destacam, seja pela importância na organização da feira, quanto pelo crescimento do comércio, além de depoimentos de consumidores e comerciantes sobre a feira. O jornal deveria ser bimestral, mas desde dezembro de 2010 não houve mais edições.

É possível notar que a população da Feira dos Importados possui características bastante similares. São comerciantes, muitos são proprietários do seu estabelecimento, mas, também, são muitos os que alugam as bancas. A maioria concentra-se nas atividades comerciais ligadas a aparelhos eletrônicos e informática; roupas; sapatos e acessórios; como por exemplo, bolsa.

Uma característica da feira que chama bastante atenção é o grande número de estrangeiros que trabalham lá. Muitas vezes ao abordar pessoas para responder o questionário, elas não poderiam responder, pois não eram as donas e a pessoa proprietária era estrangeira. Com isso,

notou-se que o número de estrangeiros aparentes é maior. Muitos deles não falam a língua portuguesa e são de origem espanha ou oriental. As principais mercadorias comercializadas por esse grupo são bolsas e aparelhos tecnológicos.

Não é possível afirmar com segurança se esses estrangeiros estão em situação legal no Brasil, mas é provável que não. O que indica essa hipótese é que muitas vezes, quando a pesquisadora apresentava-se e explicava sobre o trabalho de campo (antes de identificar que a pessoa era estrangeira), as pessoas se assustavam e negavam participar mesmo sem saber do que se tratava realmente.

À primeira vista, apresentam-se muitas mulheres entre os possíveis comerciantes da feira, mas quando são abordadas muitas delas relatam ser apenas funcionárias ou parentes do proprietário, que maioria das vezes, é um homem. Isso indica que a inserção feminina na feira não se dá de forma completa, pois elas não são as empreendedoras e sim, vendedoras ou funcionárias.

As mulheres proprietárias do seu comércio relacionam-se principalmente com a venda de produtos de beleza, bijuterias e acessórios ou roupa íntima. Um fator agravante para a presença minoritária das mulheres é que essas bancas cujos produtos são de beleza, hidratantes, perfumes, quase não se encontram mais. Entretanto, nota-se que há uma melhoria de qualidade significativa com relação a esses produtos, em anos anteriores.

Outros produtos cujo comércio vem sofrendo redução de representação são os CD's e DVD's. É possível afirmar que essa queda tem acontecido na medida em que evoluem as novas tecnologias e surgem novas funções da internet. A disponibilidade de conteúdo *online* e a substituição do CD e DVD por novas tecnologias, como *pen drives*, contribuíram significativamente para o não sucesso desse comércio.

Com relação à condição racial, a maioria dos comerciantes da feira é branca ou parda. São poucos os negros, o que demonstra que naquele espaço eles são minoria.

A faixa etária dos proprietários que se pode observar com maior frequência está entre os 30 a 45 anos. Existem muitos jovens que trabalham na feira desde pequenos por causa do comércio

dos pais e acabaram abrindo o seu próprio negócio relativamente cedo, aos 18 anos, por exemplo. Outras pessoas são mais velhas e estão estabelecidas na feira desde suas primeiras formações. No geral, nota-se que os comerciantes são jovens e estão em idade produtiva.

Com relação à renda, a maioria recebe entre de R\$ 3 mil e R\$ 5 mil por mês e possuem bancas simples e não luxuosas, ou seja, bancas que possuem apenas o fornecido pelo padrão da feira, não possuem vitrines, prateleiras, não são reformadas ou adaptadas a um modelo de loja convencional. Entre os comerciantes são poucos aqueles que obtêm uma renda mensal alta com as atividades comerciais na feira, apenas aqueles que possuem mais de um estabelecimento e cujas lojas são grandes e com uma boa infraestrutura, nestes casos, os comerciantes chegam a faturar até R\$70 mil reais por mês e, ao invés de bancas, possuem verdadeiras lojas comerciais.

Devido à existência de um número significativo de pessoas com renda abaixo de R\$ 7 mil, o valor das concessões de crédito que eles obtêm é relativamente baixo, variando de R\$ 3 mil a R\$ 10 mil, no máximo. Isso acontece porque no caso de um empréstimo muito alto, dificilmente seria pago em um curto período de tempo, além disso, os bancos sempre avaliam a renda do comerciante e estimam se ele terá condições de pagar ou não.

É possível notar que muitos segmentos comerciais tiveram preços combinados entre os comerciantes. Muitos consumidores têm reclamado que a Feira dos Importados tem perdido ao longo dos anos o seu caráter de feira e “pechincha”. Os preços variam muito pouco para um produto equivalente em diferentes bancas e são considerados relativamente altos, podendo, inclusive, ser equiparados aos preços encontrados em *Shoppings* e lojas do centro de Brasília.

Por outro lado, a qualidade da mercadoria possui uma origem menos duvidosa que antes, o que pode ter sido modificado pela formalização do trabalho na feira. Entretanto, se os preços da feira e das lojas do centro são muito similares, é possível que as pessoas prefiram comprar nas lojas. Elas oferecem uma infraestrutura melhor e mais conforto.

Por este motivo, a Cooperfim tem projetos para melhorar a infraestrutura da feira, mas essa melhoria significa ajustes nas taxas que os proprietários pagam pelo estabelecimento.

Consequentemente, é possível que haja aumento também nos preços dos produtos. Neste sentido, é preciso repensar o papel da feira neste contexto e em soluções que amenizem essas taxas para os comerciantes e para os consumidores.

Alguns problemas que a feira enfrenta hoje e que foram retratados pelos comerciantes estão ligados aos camelôs e a concorrência. Os camelôs situam-se nas entradas da feira e nos estacionamento, provocando caos e concorrência desleal de preços que são mais baixos que o dos comerciantes da feira devido a sua não legalização e formalização. As grandes lojas e o avanço da venda em sites na internet também são formas de concorrência desleal apontada pelos comerciantes, as primeiras porque oferecem opções de crédito mais favoráveis aos consumidores, e as segundas por não pagarem impostos, nem aluguel. Esses problemas têm feito com que muitos proprietários de bancas tenham desistido de seu comércio e passaram a alugar o seu espaço na feira para outros empreendedores (sublocação do espaço).

5. Análise dos dados coletados

Nos capítulos anteriores realizaram-se as contextualizações e caracterizações do PNMPO e do campo empírico da Feira dos Importados, aproximando-a a um espaço social. Identificaram-se os procedimentos metodológicos e descreveu-se como se deu o primeiro contato com a feira e como foram selecionados os sujeitos investigados.

Considerando o objetivo geral deste trabalho, isto é, entender o que representa o PNMPO no quadro das políticas de trabalho e renda no Brasil, considerando o perfil sócio demográfico dos beneficiados, a demanda social e a finalidade do crédito concedido, passa-se agora para a análise dos dados coletados considerando o objetivo específico do estudo, a saber: verificar em que medida o PNMPO promove por meio de suas ações a inclusão social, a autonomia e o desenvolvimento do empreendedorismo na Feira dos Importados/DF.

A análise dos dados foi precedida pelas etapas da aplicação dos questionários e da tabulação dos dados obtidos junto aos comerciantes trabalhadores da feira. Para a realização das análises iniciais dos resultados, utilizou-se um *software* de análise de dados, o *Sphinx* – versão 5.

Esta seção está dividida em três itens, quais sejam: (5.1) o perfil sócio demográfico, no qual estão descritas as principais características dos inqueridos; (5.2) a demanda pelo programa, cujo foco está na distinção de dois grupos fundamentais – os comerciantes que ingressaram em um programa de crédito e os comerciantes que não ingressaram em um programa de crédito; e por último, o item (5.3) no qual se realiza a comparação desses grupos utilizando para o primeiro grupo o marco temporal do ingresso no programa de crédito e para o segundo, o ano de 2007, com o objetivo de identificar as melhorias (e pioras) em ambos os grupos em termos de situações socioeconômicas, de trabalho e no estabelecimento desses comerciantes.

É importante destacar que o questionário foi aplicado com pessoas do sexo masculino e feminino, que haviam ingressado em um programa de crédito ou não. Além disso, um dos pré-requisitos para a resposta ao questionário era que o respondente fosse o dono ou proprietário da banca e que estivesse ali estabelecido desde o ano 2007.

5.1. Perfil sócio demográfico dos inqueridos

A descrição do perfil sócio demográfico dos participantes da pesquisa é de suma importância para identificar e conhecer quem são os atores sociais da Feira dos Importados e, especificamente, dos beneficiados pelo programa em questão neste estudo.

O perfil sócio demográfico dos inqueridos foi estabelecido segundo critérios de distribuição por sexo, idade e ramo de atividade comercial na qual o comerciante se insere.

Inicialmente, em relação à distribuição por sexo, verificou-se que há maior presença de homens. Dos 105 questionários aplicados, 56% representam homens, enquanto 43% são mulheres.

A faixa etária de maior frequência localiza-se entre os 30 e 34 anos, o que equivale a 20% dos participantes. As faixas etárias de 25 a 29 anos e de 45 a 49 anos apresentam, cada uma, percentagem de 14% e os que estão entre 35 a 39 anos e 39 a 44 anos representam, respectivamente, 11,4% e 12,4%. Os estratos com menores frequências são: 18 a 24 anos (9,5%) e acima de 50 anos (17%) (Ver **Tabela n° 2**).

Na faixa entre 25 e 44 anos encontra-se mais de 59% dos comerciantes entrevistados, o que retrata uma dada regularidade na Feira com relação à idade dos mesmos. Além disso, aproximadamente 72,5% dos inqueridos inserem-se na faixa etária de 25 a 49 anos, isso significa que a maioria das pessoas é jovem e está em idade produtiva economicamente. Esse registro é importante porque mostra que os inqueridos adequam-se ao perfil de um microempreendedor e apresentam grande potencial em haver recorrido a um programa de crédito voltado para eles.

Tabela n° 2: Distribuição por faixa etária dos inqueridos

Idade	%
18 a 24 anos	9,5
25 a 29 anos	14,3
30 a 34 anos	20
35 a 39 anos	11,4

39 a 44 anos	12,4
45 a 49 anos	14,3
50 a 54 anos	6,7
55 anos ou mais	10,5
Não resposta	1
Total	100

Fonte: Pesquisa realizada pela autora na Feira dos Importados – novembro 2011. Brasília, DF, 2011.

Com relação ao ramo de atividade comercial dos inqueridos, obteve-se maior frequência no ramo de aparelhos eletrônicos e informática (32%). A categoria de roupas e roupas íntimas vem em seguida com 20%. Os demais seguimentos, como, papelaria, produtos de beleza, acessórios, entre outros, apresentaram valores inferiores a 5% e outras categorias são 13%, como por exemplo, móveis, design e decoração e artigos esportivos.

Esses primeiros dados indicam que muito provavelmente a feira é um espaço social tendencialmente masculino, no qual se encontram barreiras para um ingresso maior de mulheres. É possível afirmar que isso se dá devido à prevalência de atividades comerciais ligadas a aparelhos eletrônicos e informática cujos donos são, na maioria, do sexo masculino, enquanto as mulheres observadas durante o trabalho de campo estão distribuídas com maior frequência no comércio de produtos de beleza, acessórios, bolsas, decoração.

Como afirmado anteriormente, na feira, nota-se uma maior concentração de bancas voltadas para as tendências tecnológicas e aparelhos eletrônicos e informática, o que justifica, em termos, a minoria das mulheres. Essa constatação suscita questionamentos: por que no senso comum prevalece a ideia de que os homens possuem maior apropriação e informação sobre equipamentos eletrônicos, enquanto as mulheres são percebidas como desconhecedoras desse universo? De outro lado, também é preciso questionar o fato de que os produtos de beleza e acessórios serem comercializados exclusivamente por mulheres.

5.2. A demanda pelo programa

Com relação ao ingresso ou não ao PNMPO dos comerciantes participantes da pesquisa, perguntou-se se já haviam recebido crédito fornecido por algum programa do governo, como

por exemplo: BRB Trabalho, Microcrédito, Crédito do Trabalho, etc. Os dados obtidos demonstram que 21% dos 105 inqueridos havia recebido crédito, enquanto 79% não havia recebido crédito.

O fato de que aproximadamente 80% dos inqueridos não haviam recorrido a um crédito vinculado a um programa do governo, foi um dado surpreendente, porém compreensível. Apesar dos pressupostos iniciais desse estudo indicar que os comerciantes da feira fossem, em potencial, empreendedores participantes do PNMPO, a partir da conversa com os inqueridos foi possível elencar algumas razões para isso não haver ocorrido. São exemplos de problemas por eles enfrentados: entraves dos bancos e burocracia; falta de informação; preconceito dos trabalhadores com relação ao recurso do crédito; falta de interesse em expandir o comércio e, conseqüentemente, aumentar os lucros; altas taxas de juros; pouca confiança dos bancos com relação a trabalhadores de feiras; priorização do fornecimento de recursos de crédito para empresas consolidadas e grandes.

Faz-se necessário esclarecer alguns pontos acima. O primeiro refere-se ao fato de que alguns trabalhadores acham que recorrer ao crédito é uma forma de manifestação de que o seu negócio não vai bem. Um inquerido, por exemplo, afirmou que jamais ingressaria em um programa como o PNMPO, pois “quem recorre ao crédito está mal e não tem mais para onde correr e apenas vai se endividar mais” (Pesquisa realizada pela autora na Feira dos Importados – novembro 2011. Questionário nº 51. Brasília, DF, 2011). Apesar dessa afirmação, o estabelecimento desse inquerido era pequeno e não possuía nenhum diferencial atrativo para o consumidor, não parecia haver mudado no decorrer dos anos e estava com poucas mercadorias. Por outro lado, o comerciante está certo quanto ao endividamento, muitas vezes, consequência de um retorno financeiro lento ao empreendedor.

Outra questão a se esclarecer, refere-se à preferencia dos bancos em fornecer o crédito a empresas mais consolidadas e grandes. Segundo o diretor institucional da Feira dos Importados, essas empresas possuem melhores possibilidades de compras ao consumidor e formas alternativas de pagamentos, o que não se encontra na feira. Além disso, essas empresas são capazes de pagar mais rápido e de forma segura aos bancos.

É interessante notar que o PNMPO deveria dirigir-se justamente a esses microempreendedores da feira, o que não foi possível verificar na prática. Alguns dados do programa servem como justificativa para não ter encontrado um grande número de beneficiados. A primeira refere-se à grande parcela do crédito estar destinada ao setor informal, enquanto na feira a grande maioria dos comerciantes afirmou ser formal. Esse fenômeno deu-se devido ao deslocamento da Feira, que antes ocupava o espaço do Estacionamento do Estádio Mané Garrincha, para o espaço hoje por eles ocupado. O governo exigiu que todos os comerciantes fossem regularizados e passassem a pagar impostos e taxas.

Acrescenta-se a isso que segundo os relatórios anuais do programa, o crédito está em grande parte destinado às mulheres e, na feira, estas são minoria, pois conforme os dados apresentados anteriormente no perfil sócio demográfico, elas representam 43% dos inqueridos. Um dado que se pode agregar é que, entre os inqueridos que afirmaram ter recorrido ao crédito apenas 36,4% são mulheres, enquanto 63,6% são homens. Entre aqueles que afirmaram não ter recebido crédito, 44,6% são mulheres e 54,2% são homens. A distribuição por sexo daqueles que receberam crédito e daqueles que não receberam crédito é apresentada na **Tabela n° 3** a seguir.

Tabela n° 3: Distribuição por sexo das pessoas que receberam crédito e que não receberam crédito

Você já ingressou em algum programa de crédito do governo?	Sim	Não	Total
Mulher	36,4%	44,6%	42,9%
Homem	63,6%	54,2%	56,2%
Sem resposta	-	1,2%	0,9%
Total	100%	100%	100%

Fonte: Idem – Pesquisa da autora.

Com base nesses dados pode-se afirmar que embora o PNMPO possua a maioria de clientes do sexo feminino segundo os relatórios anuais do programa (BRASIL, 2007; BRASIL 2008b; BRASIL, 2009a; BRASIL, 2010; BRASIL, 2011b), no espaço tomado para a realização da pesquisa (Feira dos Importados/DF), não foi constatado tal fenômeno. Neste sentido, a inclusão da transversalidade de gênero na perspectiva do PNMPO deixa a desejar e precisa ser

reorganizada de modo a atender mais mulheres, como sugerido em análise realizada por Bandeira (2005).

Com relação àqueles que ingressaram em um programa de crédito, 68% das pessoas recorreram novamente, pela segunda vez ou mais, enquanto 31,8% recorreram somente uma vez (Ver **Tabela nº 4**). A partir desses dados, derivam-se duas questões. A primeira refere ao alto índice de recorrência ao programa, o que pode indicar que o programa foi satisfatório para esses 68% dos participantes, mas indica também que o comerciante precisou recorrer novamente, ou seja, aderir ao programa uma vez não foi suficiente para que o empreendedor conseguisse se manter de forma estável ou até expandir o seu comércio.

Por outro lado, a segunda questão referente àquela parcela que não recorreu novamente ao crédito (31,8%), pode suscitar duas interpretações. De um lado, ser consequência da ineficiência do programa, por outro, pode significar que houve melhoria das condições socioeconômicas, de trabalho e no seu comércio, mantendo-se uma condição de estabilidade econômica.

Tabela nº 4: Número de vezes de concessão de crédito

Nº de vezes que teve crédito concedido	%
Uma vez	31,8
Duas vezes	27,3
Três vezes	18,2
Quatro vezes	0
Cinco vezes ou mais	22,7
Total	100

Fonte: Idem – Pesquisa da autora.

Com o fim de obter um melhor esclarecimento dessas questões levantas acima, traz-se a discussão dois dados adicionais: se os comerciantes que ingressaram ao programa recorreriam ao crédito novamente e se sentem necessidade de fazê-lo.

No geral, ou seja, entre aqueles que afirmaram ter recebido crédito, 86,7% pegariam novamente e 13,6% não o faria. Quanto ao sentimento de necessidade do recurso do crédito, o

que pode indicar um grau de dependência que pode ser causado pelo programa, 72,7% responderam que sentem necessidade de recorrer novamente ao crédito e 18,2% não, 9% não responderam a essa questão. Com base no exposto, é possível afirmar que o grau de satisfação com o programa é grande e que ele gera, sim, dependência ao comerciante, dado os altos valores que a resposta sobre a necessidade de recorrer ao crédito novamente recebeu.

Entre os que apenas recorreram ao programa de crédito uma única vez, 85,7% recorreriam novamente, enquanto 14,3% não o fariam. Desses 85,7% que responderam que pegariam crédito novamente, 84% sentem necessidade e 10,5% não sentem. Por outro lado, dos que responderam que não pegariam crédito novamente, nenhum respondeu que sente necessidade. Esses dados indicam que a maioria dos que recorreriam novamente ao crédito, o fará por ser necessário, indicando novamente a dependência com relação ao programa.

A maioria dos inqueridos obteve crédito pela última vez no ano 2010 (27%). Há uma concentração significativa entre os anos 2009 (18%) a 2011 (18%), o que indica que os comerciantes passaram a recorrer ao crédito justamente na época em que chegou a crise econômica mundial de 2008 no país. Segundo o relatório do PNMPO (BRASIL, 2009a), a concessão de crédito no ano de 2009 continuou crescendo com relação aos anos anteriores, o que demonstrou a força e eficiência do programa.

Outro dado que chama atenção na tabela abaixo (**Tabela nº 5**) é a frequência de inqueridos (18%) que haviam recorrido ao crédito em anos anteriores à institucionalização do PNMPO. Esse dado mostra que antes de 2005 e do estabelecimento do PNMPO como política pública, já existiam trabalhadores que recorriam a um tipo de crédito específico voltado para microempreendedores, fato que reitera a importância do seu estabelecimento como política pública no âmbito do MTE a partir do ano 2005.

Com relação à frequência de 18% no ano de 2011, uma queda de aproximadamente 10% com relação ao ano anterior, os inqueridos apontaram como razão principal um aumento da burocracia nesse ano e a não disponibilidade de recursos por parte dos bancos. Esses fatores contribuíram para uma desmotivação e desinteresse desses comerciantes com relação ao crédito.

Tabela n° 5: Distribuição dos inqueridos por último ano que teve crédito concedido

Último ano	%
Antes de 2005	18%
2005	0%
2006	4%
2007	5%
2008	5%
2009	18%
2010	27%
2011	18%
Não resposta	5%
Total	100%

Fonte: Idem – Pesquisa da autora.

Com relação à finalidade do crédito recebido são três as principais apontadas pelos inqueridos: capital de giro e aquisição de novas mercadorias, ambas com 45,5% e melhoria da qualidade das mercadorias, com 18,2%. Em seguida estão: outras finalidades (13,6%), pagar dívidas do estabelecimento (9%) e reformar o estabelecimento (4,5%). As demais categorias não obtiveram resposta.

Apresenta-se, também, um dado sobre outros benefícios recebidos pelos participantes dos programas de crédito, como por exemplo, um curso de capacitação. Apesar de 22,7% haver afirmado ter recebido um curso de capacitação voltado para a sua área específica de comércio, os demais, não receberam nenhum tipo de benefício. O objetivo desta pergunta foi verificar se os programas de crédito estão interessados em capacitar as pessoas ensinando como aplicar da melhor forma o crédito recebido.

Em contrapartida, notaram-se casos de comerciantes para os quais foi oferecido o curso de capacitação e que não compareceram por falta de tempo ou de interesse. Esses dados servem como um incentivo para que as instituições que fornecem o crédito repensem as suas estratégias e construam novas com o fim de reiterar a importância dessas capacitações e de melhorar a aplicação do programa.

5.3. Comparação dos grupos pesquisados

Realiza-se, neste item, a comparação dos grupos pesquisados a saber: o grupo dos que ingressaram em um programa de crédito do governo (que será chamado **Grupo Sim**) e representam 21% do total de 105 inqueridos e o grupo daqueles não ingressaram em um programa de concessão de crédito (**Grupo Não**) e que representam 79% dos inqueridos. Esses dois grupos são comparados segundo marcos temporais: o ingresso no programa de crédito para o **Grupo Sim**, e o ano de 2007 para o **Grupo Não**.

A importância da comparação entre dois grupos que possuem características similares, com exceção do ingresso ou não em um programa de crédito assenta-se no controle de fatores externos que podem influenciar os dados, como por exemplo, uma recessão econômica. Neste sentido, o **Grupo Não** funciona como um controle para a avaliação as mudanças decorrentes do programa de crédito.

As análises são feitas considerando para a variável de melhoria nas condições de trabalho e do estabelecimento comercial dados sobre a formalidade ou informalidade de trabalho dos inqueridos, o emprego de funcionários, a qualidade da mercadoria, os lucros, as dívidas, as reformas e descolamentos do estabelecimento desses comerciantes e a expansão do empreendimento comercial. Para a análise da variável que se relaciona às melhorias nas condições socioeconômicas foram considerados os seguintes aspectos: a renda dos inqueridos, a situação de moradia, aquisição de automóvel, dívidas pessoais.

A comparação desses grupos parte de impressões subjetivas dos inqueridos sobre mudanças socioeconômicas e nas condições de trabalho e do estabelecimento comercial. Para tanto, foi perguntado aos participantes que avaliassem essas mudanças em termos de melhora, piora ou não mudança.

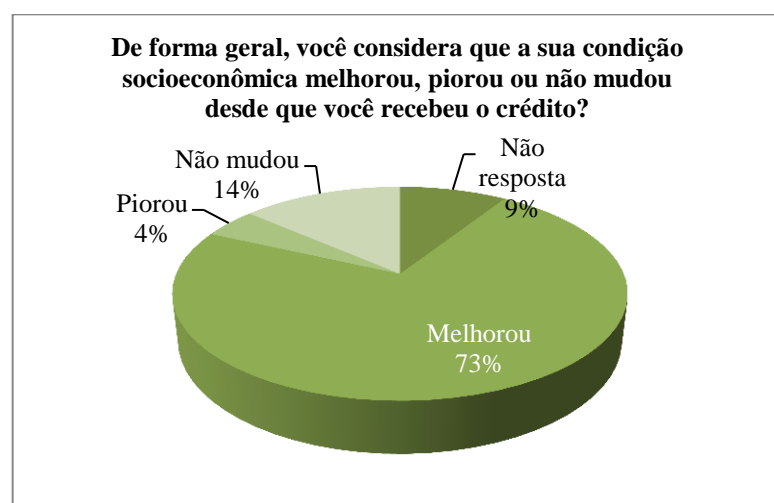
De forma geral, é possível afirmar que segundo o **Grupo Sim** possui melhores percepções quanto à melhora de condições socioeconômicas, de trabalho e do estabelecimento comercial, enquanto o **Grupo Não** não só obteve menos percepções quanto às melhorias, como grande parte deles afirmou haver piorado. Os resultados são apresentados nos gráficos a seguir (**Gráfico n° 1, n° 2, n° 3 e n° 4**).

Com relação às mudanças nas condições socioeconômicas do **Grupo Sim**, 73% afirmaram que elas melhoraram e apenas 4% afirmaram que pioraram. Os dados do **Grupo Não** não demonstram melhoria, tanto quanto os dados do **Grupo Sim**. No **Grupo Não**, apenas 37% dos participantes afirmaram ter sentido melhoria com relação às suas condições socioeconômicas, enquanto 34% afirmaram ter piorado.

Com relação às mudanças do trabalho e no estabelecimento desses inqueridos, a condição favorável ao **Grupo Sim** permanece. Nesse grupo, 77% afirmaram ter sentido melhorias e apenas 9% afirmaram que piorou. Já no **Grupo Não**, somente 49% afirmaram que suas condições de trabalho haviam melhorado e 16% disseram que essas haviam piorado.

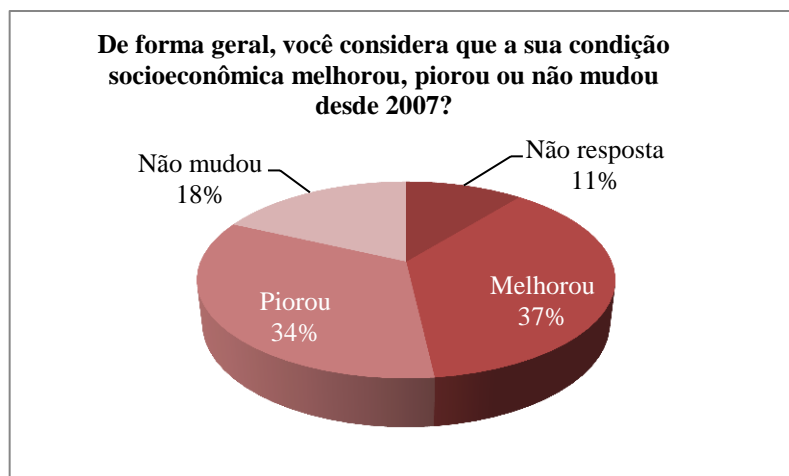
A análise das impressões subjetivas dos inqueridos é de suma importância para a compreensão dos dados estatísticos sobre esses grupos, pois indica como as pessoas reconhecem as mudanças socioeconômicas e a sua mobilidade social (MARSHALL et al, 1999 citado por GIDDENS, 2005). Seguindo essa perspectiva e conforme os dados positivos com relação a melhorias no **Grupo Sim**, é possível presumir que esses atores sociais não só ascenderam socialmente, como se adaptaram a essa mobilidade, o que tem gerado uma sensação de bem estar a esses indivíduos.

Gráfico n° 1: Impressões sobre mudanças na condição socioeconômica daqueles que receberam crédito (Grupo Sim)



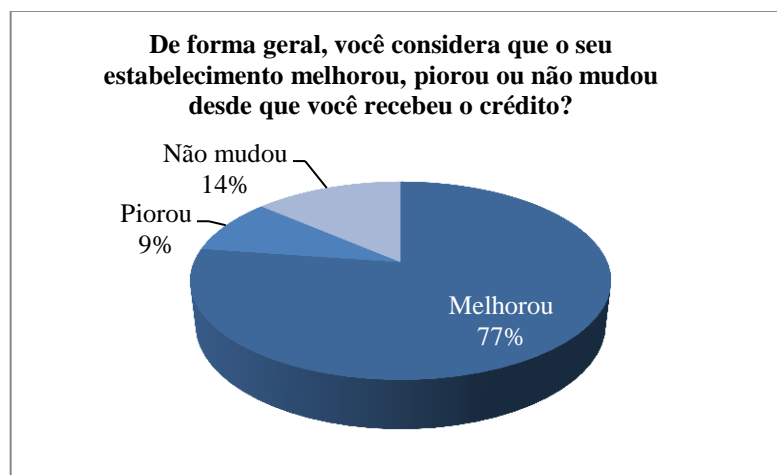
Fonte: Idem – Pesquisa da autora.

Gráfico n° 2: Impressões sobre mudanças na condição socioeconômica daqueles que não receberam crédito (Grupo Não)



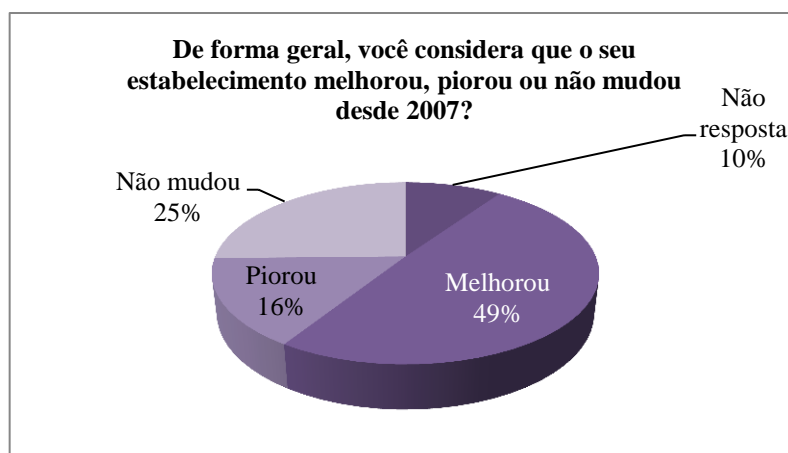
Fonte: Idem – Pesquisa da autora.

Gráfico n° 3: Impressões sobre mudanças no estabelecimento daqueles que receberam crédito (Grupo Sim)



Fonte: Idem – Pesquisa da autora.

Gráfico n° 4: Impressões sobre mudanças no estabelecimento daqueles que não receberam crédito (Grupo Não)



Fonte: Idem – Pesquisa da autora.

Passa-se agora à análise dos dados coletados com relação à variável referente às condições socioeconômicas dos inqueridos cuja finalidade é confirmar as impressões subjetivas quanto à melhora segundo os participantes.

Com relação à renda, é possível notar segundo o **Gráfico n° 5** que a renda daqueles que receberam crédito (**Grupo Sim**) sofreu um leve aumento. Antes do ingresso no programa, o **Grupo Sim** apresentava as seguintes distribuições: 18,2% recebiam até R\$ 1000,00; 36,4% recebiam de R\$ 1000,00 a R\$ 3000,00; 22,7% de R\$ 3000,00 a R\$ 5000,00; 9,1% de R\$ 5000,00 a R\$ 7000,00 e 4,5% eram aqueles que recebiam acima de R\$ 7000,00. Depois do crédito, a concentração daqueles que recebiam até R\$ 1000,00 e de R\$ 1000,00 a R\$ 3000,00 reduziu 4,6% em cada um desses estratos; aqueles que recebiam entre R\$ 3000,00 e R\$ 5000,00 não mudou, permaneceu 22,7%; os que recebiam entre R\$ 5000,00 e R\$ 7000,00 e acima de R\$ 7000,00 aumentaram 4,5% e 9,1% respectivamente. Esses dados indicam uma melhor distribuição dos inqueridos com relação à renda depois do ingresso de crédito.

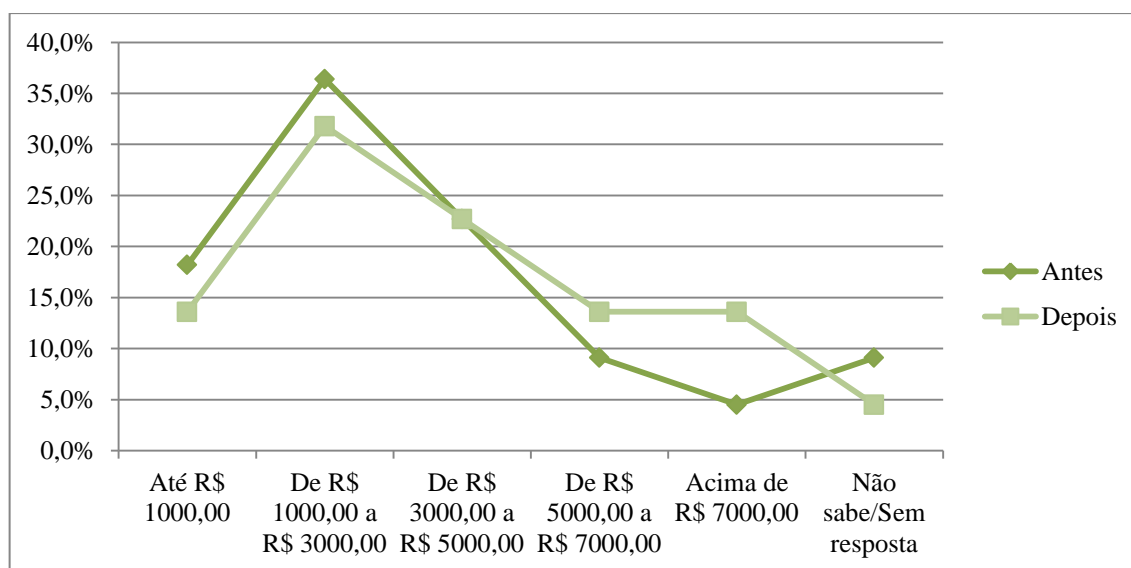
Ao comparar o **Grupo Não** antes e depois de 2007 (Ver **Gráfico n° 6**), verifica-se que antes ele estava distribuído segundo os seguintes estratos: de R\$ 1000,00 a R\$ 3000,00 (36,4%); de R\$ 3000,00 a R\$ 5000,00 (22,7%); até R\$ 1000,00 (18,2%); de R\$ 5000,00 a R\$ 7000,00 (9,1%) e, por último, com renda acima de R\$ 7000,00 (4,5%). Depois do ano 2007, com 31,8% estavam aqueles cuja renda era de R\$ 1000,00 a R\$ 3000,00; em seguida, os que tinham renda de R\$ 3000,00 a R\$ 5000,00 (22,7%); os que tinham renda até R\$ 1000,00

(13,6%), acima de R\$ 7000,00 (13,6%) e entre R\$ 5000,00 a R\$ 7000,00 (13,6%). Sendo assim, o aumento da renda pode ser notado em todos os estratos, principalmente naquele dos que recebem até R\$ 1000,00 cuja proporção reduziu 6%.

Com relação à comparação dos **Grupos Sim e Não** (Ver **Gráfico n° 7**) é possível perceber que a maioria das pessoas do **Grupo Sim** tinha renda de até R\$ 5000,00; sendo que a maior concentração estava no estrato dos que ganhavam entre R\$ 1000,00 e R\$ 3000,00. A menor concentração nesse estrato depois da concessão do crédito demonstra que houve uma melhora acompanhada de um aumento na concentração de inqueridos nos estratos com renda mais alta. Por sua vez, no **Grupo Não** pode-se notar uma leve descentralização nos estratos de até R\$ 1000,00 e acima de R\$ 7000,00; o que representa que passou a haver uma melhor distribuição das pessoas pelos estratos de renda média. No geral, ambos os grupos melhoraram suas rendas, mas pode-se notar uma melhora mais aparente no **Grupo Sim**.

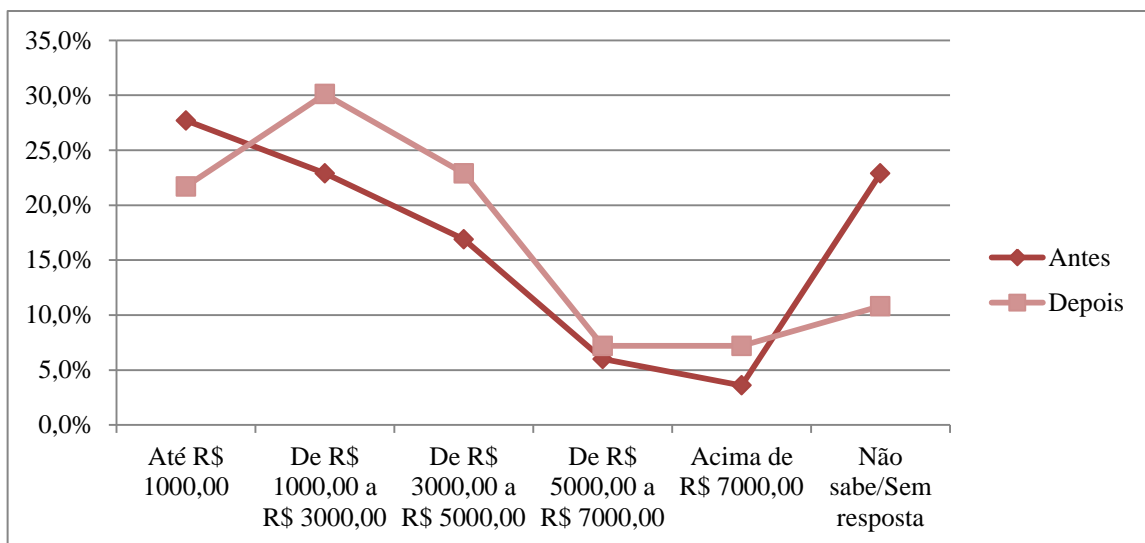
Esses dados indicam que o **Grupo Sim** possui vantagem com relação ao aumento da renda, no entanto, como o aumento da renda também ocorreu no **Grupo Não**, não é possível afirmar com segurança que as mudanças de renda no **Grupo Sim** ocorreram devido ao ingresso no programa de crédito.

Gráfico n° 5: Mudanças na renda antes e depois da entrada no programa de crédito (Grupo Sim)



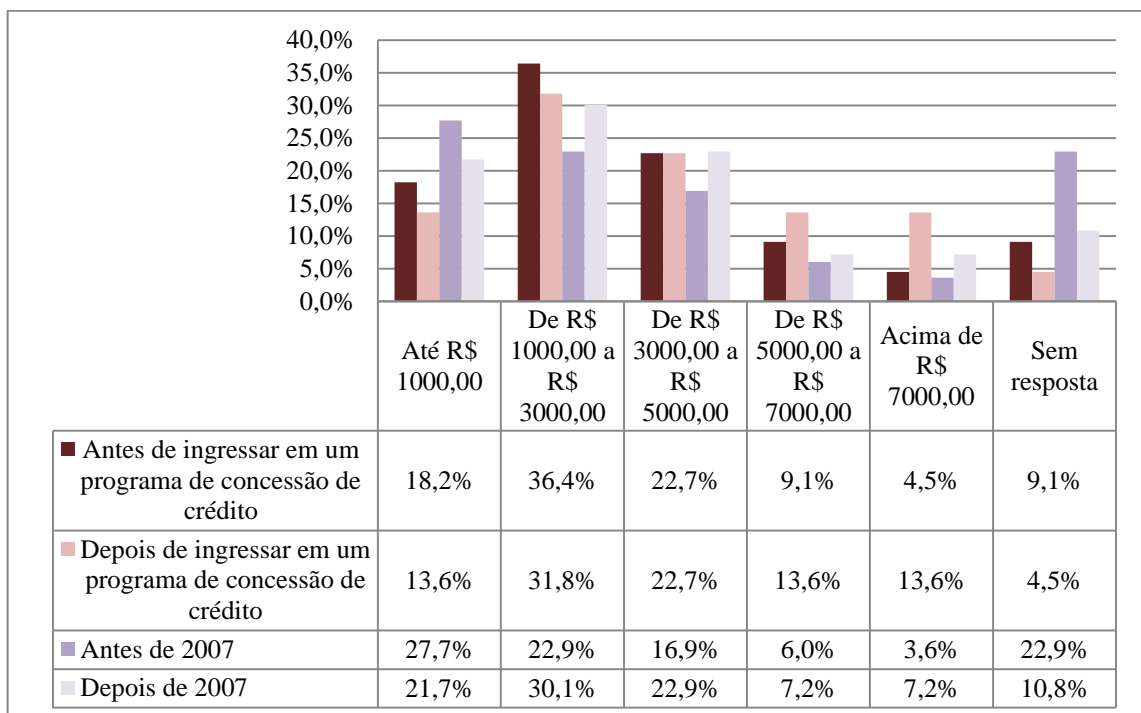
Fonte: Idem – Pesquisa da autora.

Gráfico n° 6: Mudanças na renda antes e depois do ano 2007 (Grupo Não)



Fonte: Idem – Pesquisa da autora.

Gráfico n° 7: Comparação das mudanças na renda dos Grupos Sim e Não



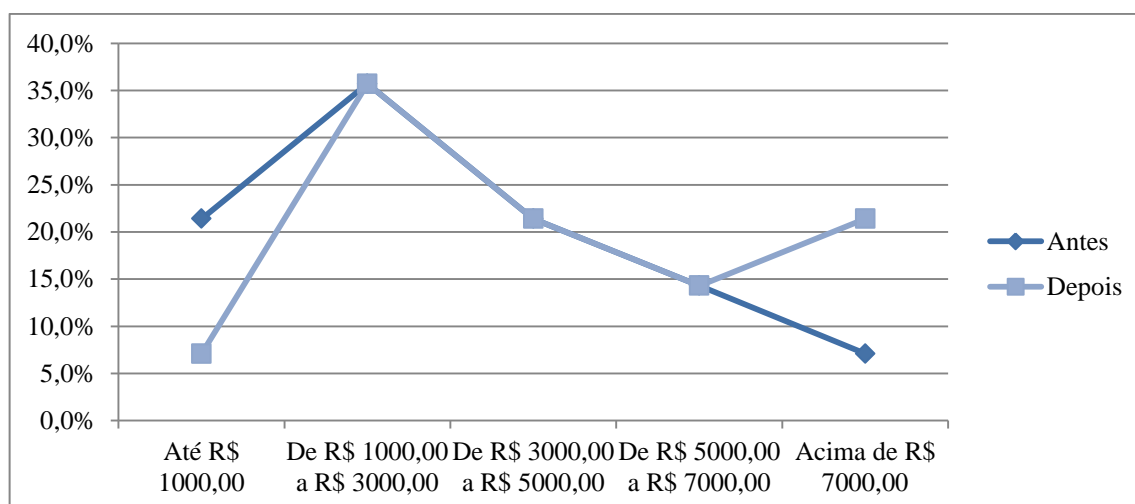
Fonte: Idem – Pesquisa da autora.

A partir do cruzamento das variáveis: impressões sobre melhorias nas condições socioeconômicas e de trabalho e renda no **Grupo Sim** (Ver **Gráfico n° 8**), dentre os que

afirmaram que houve melhora, em termos de renda antes de ingressarem no programa de crédito, estavam distribuídos da seguinte forma: de R\$ 1000,00 a R\$ 3000,00 (35,7%); até R\$ 1000,00 (21,4%); de R\$ 3000,00 a R\$ 5000,00 (21,4%); de R\$ 5000,00 a R\$ 7000,00 (14,3%) e, por último 7,1% com renda acima de R\$ 7000,00. Após recorrerem ao crédito, a renda desse grupo apresentou as distribuições: de R\$ 1000,00 a R\$ 3000,00 (35,7%); de R\$ 3000,00 a R\$ 5000,00 (21,4%); acima de R\$ 7000,00 (21,4%); de R\$ 5000,00 a R\$ 7000,00 (14,3%) e, por último 7,1% com renda até R\$ 1000,00.

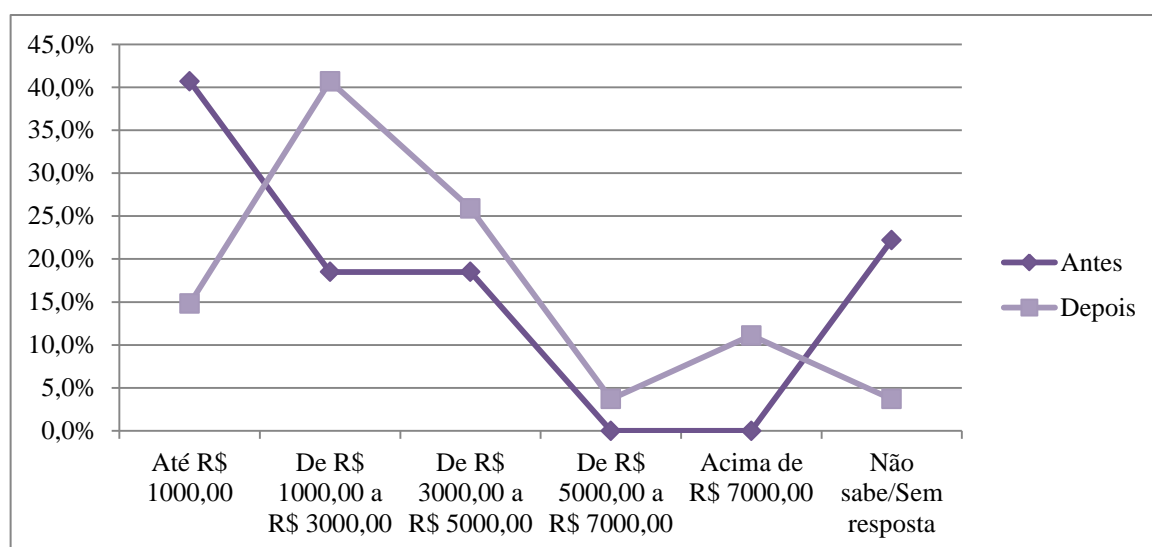
Esses dados demonstram que apesar de grande parte da distribuição da continuar igual nos estratos de R\$ 1000,00 a R\$ 7000,00, um grupo significativo que ganhava R\$ 1000,00 antes, passou a ser representado por aqueles que ganham R\$ 7000,00. Essa redução de 14,3% da concentração no grupo que recebia menos de R\$ 1000,00 e o aumento de mesmo valor (14,3%) na concentração do estrato dos que recebem acima de R\$ 7000,00, indica uma melhora importante e um aumento significativo na renda desse grupo, sendo possível afirmar, inclusive, que houve ascensão social nesse grupo depois do ingresso no programa, o que significa que os objetivos do PNMPO referentes à geração de renda e redução das desigualdades sociais estão sendo alcançados.

Gráfico n° 8: Mudanças na renda antes e depois da entrada no programa de crédito daqueles que afirmaram ter melhorado suas condições de trabalho e socioeconômica



Fonte: Idem – Pesquisa da autora.

Gráfico n° 9: Mudanças na renda antes e depois do ano 2007 daqueles que afirmaram ter melhorado suas condições de trabalho e socioeconômica



Fonte: Idem – Pesquisa da autora.

Ao realizar o mesmo cruzamento para o **Grupo Não** (Ver **Gráfico n° 9**), pode-se notar que houve uma melhora significativa no nível de renda, sendo possível afirmar que tal aumento foi mais evidente nesse grupo do que no **Grupo Sim** e que, assim como neste último, houve ascensão social. Aqueles que recebiam até R\$ 1000,00 antes de 2007 (40,7%) passaram a representar apenas 14,8%. Os que recebiam de R\$ 1000,00 a R\$ 3000,00 representavam antes de 2007 18,5% e atualmente são 40,7%. Um aumento de 7,4% foi notado no estrato dos que recebiam de R\$ 3000,00 a R\$ 5000,00 e um aumento de 3,7% e 11,1% nos que recebiam respectivamente R\$ 5000,00 a R\$ 7000,00 e acima de R\$ 7000,00.

Esses dados cruzados indicam a coerência da resposta daqueles que afirmaram ter obtido melhorias com relação às condições socioeconômicas e de trabalho, posto que em ambos os grupos a renda aumentou.

Outros dados que podem ser agregados à análise das condições socioeconômicas são aquisição ou não de um automóvel, as condições de moradia e a situação dos inqueridos com relação às dívidas. Essas variáveis, embora não estejam diretamente relacionadas ao objetivo geral do estudo, são necessárias para compreender as mudanças com relação aos bens dos grupos em questão.

Primeiramente, com relação às dívidas pessoais, pode-se notar a desvantagem daqueles que não pegaram crédito. Antes de recorrer ao crédito, o **Grupo Sim** tinha 27,3% dos seus representantes endividados e, apesar da maioria deles conseguirem quitar suas dívidas (22,7%), o mesmo número endividou-se mais. Por sua vez, antes de 2007, o **Grupo Não** possuía 34,9% dos inqueridos com dívidas. Depois de 2007, apenas 15,7% conseguiu quitar dívidas e 27,7% endividaram-se mais.

No tocante à aquisição de um automóvel, 68,2% dos inqueridos no **Grupo Sim** tinham automóvel, esse valor, no **Grupo Não**, é 57,8%. 13,6% dos participantes trocaram de automóvel no **Grupo Sim** e 25,3% no **Grupo Não**. Além disso, no **Grupo Não** 12% adquiriram mais um carro. Com relação à venda dos mesmos, 4,5% no **Grupo Sim** venderam o seu carro e 9,6% também o fizeram no **Grupo Não**.

É possível afirmar que esses dados possuem valores altos considerando a renda média dos comerciantes da feira e demonstram vantagem, novamente, do **Grupo Sim** em relação ao **Grupo Não**, dado que muitos do **Grupo Não** desfizeram-se do seu veículo, comparado ao **Grupo Sim** que já apresentava um maior número de inqueridos com carro antes.

Em relação às condições de moradia, dentre os representantes do **Grupo Sim**, 68,2% tinham moradia própria, enquanto 27,3% pagavam aluguel. 68,2% consideravam que moravam em um bom bairro e apenas 9,1% afirmaram que moravam em um bairro ruim. Depois de ingressarem no programa de crédito, apenas 18,2% continuou pagando aluguel, o que representa uma melhoria com relação ao valor dos que pagavam aluguel antes (27,3%). Além disso, 13,6% afirmaram terem se mudado para uma casa melhor e 9,1% reformaram as suas casas. 9,1% dos inqueridos mudaram também de bairro, para um melhor.

No **Grupo Não**, 57,8% tinham moradia própria antes de 2007 e 25,3% pagavam aluguel. 65,1% deles afirmaram morar em um bom bairro e 6% em um bairro ruim. Depois do ano 2007, dos que pagavam aluguel, apenas 19,3% continuou nesta situação. 25,3% se mudaram para uma casa melhor e 2,4% para uma casa pior. 24,1% reformaram a casa. Com relação ao bairro, 12% mudaram para um bairro melhor e 2,4% se mudaram para um bairro pior.

Para finalizar a comparação entre os **Grupos Sim e Não**, trazem-se à discussão os dados referentes às condições de trabalho e do estabelecimento do comerciante. Para a análise, foram priorizadas as seguintes questões: formalização do trabalho, emprego de funcionários, qualidade da mercadoria, lucros, dívidas, reformas e descolamentos do estabelecimento desses comerciantes e, por fim, a expansão do empreendimento comercial.

Primeiramente, trata-se a situação de formalidade ou informalidade do comerciante inquerido. De modo geral, tanto antes do ingresso ao programa de crédito, quanto antes de 2007, os **Grupos Sim e Não** apresentavam, em sua maioria, uma distribuição mais concentrada no mercado formal (68,2% e 53% respectivamente). Entretanto, o grupo com mais representantes da categoria formal é o **Grupo Sim**, caracterizando uma diferença de aproximadamente 15%.

Após o ingresso no programa, o **Grupo Sim** aumentou a sua distribuição em 13,6% e passou a ser representado por 81,8% no mercado formal. Por sua vez, o **Grupo Não**, após o ano 2007, aumentou apenas 3,7%, resultando em uma representação de aproximadamente 57% no mercado formal. Esse dado complementa-se com as taxas referentes à informalização. No **Grupo Sim**, 4,6% que afirmaram trabalhar formalmente, passaram a trabalhar informalmente, após o ingresso no programa. No **Grupo Não**, este valor corresponde a 6%.

Nota-se um aumento do **Grupo Sim** com relação à formalização do trabalho muito superior ao do **Grupo Não**, podendo-se a partir desses dados, apontar a realização de um dos objetivos setoriais do MTE relacionado à redução da precariedade de trabalho e, portanto, à formalização dos postos de trabalho.

Considerando que um dos objetivos do PNMPO é promover a geração de emprego e renda por meio da concessão de crédito à microempreendedores, apresentam-se dados sobre a geração de novos postos de trabalho e contratação de funcionários. A partir das respostas positivas ou negativas quanto à contratação de funcionários, cruzaram-se outras variáveis referentes ao pagamento de salário fixo e assinatura da carteira de trabalho, dado este que indica a criação de postos de trabalho formais.

Antes de recorrer ao crédito, 31,8% dos inqueridos no **Grupo Sim** afirmaram ter funcionários e 45,5% afirmaram não ter funcionários. Dentre os que tinham funcionários, 85,7% pagavam

salário fixo e 57,1% assinavam a carteira de trabalho dos mesmos. Após a concessão do crédito, esses dados foram mantidos, mas 4,5% afirmaram ter demitido funcionários.

Após a concessão do crédito, entre os que não tinham funcionários, 27,3% manteve essa condição, o que indica a contratação de funcionários e a geração de mais postos de trabalho por parte de 18,2% do grupo em questão. 9,1% assinaram a carteira desses novos funcionários e 4,5% pagaram salário fixo aos mesmos.

Em relação ao **Grupo Não**, aqueles com funcionários antes do ano 2007 representavam 31,3% dos inqueridos e aqueles que não tinham funcionários, 37,7%. Dentre os que tinham funcionários, 84,6% pagavam salário fixo e 73,1% assinavam a carteira de trabalho dos mesmos. Depois do ano 2007, apenas 3,8% pararam de assinar a carteira e de pagar salário fixo aos funcionários. Sobre demissões de funcionários, 10,8% afirmaram tê-lo feito depois do ano 2007.

Entre os que não tinham funcionários, 18,1% continuou nessa situação, enquanto 19,6% contrataram novos funcionários e geraram empregos. Apenas 6% assinaram a carteira de trabalho dos funcionários e 8,4% pagaram salário fixo.

Com esses dados, não é possível afirmar que o ingresso no programa foi definidor para a geração de novos empregos, dado que proporcionalmente ambos os **Grupos Sim e Não** criaram a mesma quantidade de postos de trabalho. Por outro lado, considerando as taxas de demissão de 4,5% no **Grupo Sim** e de aproximadamente 11% no **Grupo Não**, pode-se abstrair que o **Grupo Sim** conseguiu manter uma melhor estabilidade nos negócios e manter os seus funcionários. Além disso, o **Grupo Sim** também possui melhor dados quanto à geração de empregos formais, sendo 9,1% contra apenas 6% do **Grupo Não**.

Como afirmado no item anterior no qual se estabeleceu as principais características do grupo que recorreu ao crédito, uma das finalidades principais do ingresso ao programa de crédito estava relacionada à qualidade da mercadoria. Com o objetivo de avaliar o que mudou nesse âmbito, são trazidos os dados a seguir.

No **Grupo Sim**, 45,5% dos inqueridos afirmaram possuir mercadorias de qualidade antes de ingressar em um programa de crédito e, apenas 9% afirmaram não ter mercadorias de qualidade. Depois do crédito, 13,6% afirmaram que a qualidade da mercadoria permaneceu a mesma e 50% afirmaram que melhorou.

Com base nesse dado é possível inferir que o investimento em mercadorias foi feito somente para a metade dos que recorreram ao crédito. Comparando com os dados anteriormente citados referente à finalidade do crédito recebido, no qual, as finalidades com maior frequência são: capital de giro e aquisição de novas mercadorias (45,5% cada uma) e, somente em seguida, melhoria da qualidade das mercadorias, com 18,2%, é possível notar que mesmo para aqueles cuja finalidade não era melhorar a qualidade da mercadoria, houve uma melhora. Neste sentido, o programa de crédito trouxe mais benefícios do que o esperado pelo participante.

Entre aqueles do **Grupo Não**, 57,8% afirmaram possuírem mercadorias de qualidade antes do ano 2007, enquanto apenas 2,4% não tinham mercadorias de qualidade. Depois do ano 2007, aproximadamente 17% não perceberam mudanças quanto à qualidade da mercadoria, 49,4% afirmaram que melhorou e 3,6% pioraram a qualidade da mercadoria.

A partir da comparação dos dados do **Grupo Sim** e do **Grupo Não**, não é possível atribuir a melhoria da qualidade das mercadorias dos comerciantes, devido ao ingresso no programa. Tal constatação tem fundamento no fato de que para ambos os grupos a qualidade da mercadoria passou a ser melhor na mesma proporção (aproximadamente 50%), ou seja, não foi apenas uma exclusividade do **Grupo Sim**. Entretanto, há que se destacar que enquanto no **Grupo Sim** não houve piora na qualidade da mercadoria, no **Grupo Não**, esse valor foi de 3,6%, o que demonstra uma pequena desvantagem desse último grupo.

O incremento do lucro é uma variável importante na medida em que possibilita verificar o grau de melhoria dos empreendimentos estudados. Muitos inqueridos reclamaram que os lucros têm diminuído bastante, por esse motivo, aproximadamente 3% dos inqueridos afirmaram ter fechado outros estabelecimentos que possuíam.

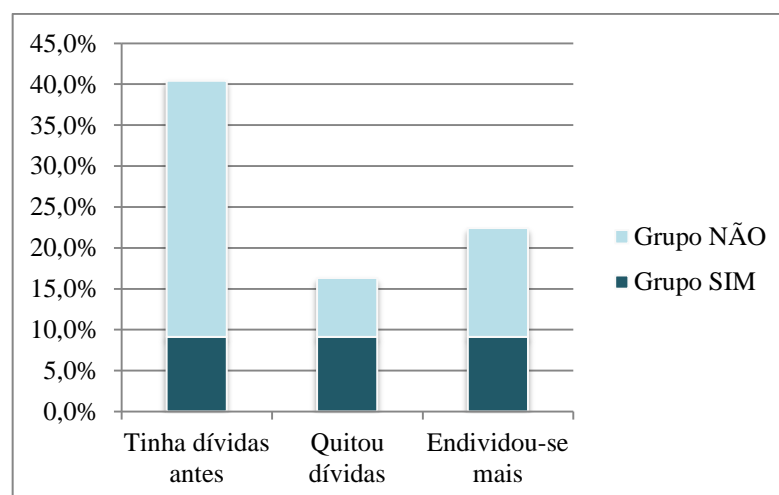
O aumento dos lucros foi percebido em 45,5% dos representantes do **Grupo Sim** e em 30% do **Grupo Não**. Identifica-se aqui uma vantagem do **Grupo Sim** com relação ao **Grupo Não**. Pode-se acrescentar a esse dado que no **Grupo Sim**, apenas 9% afirmou que os lucros diminuiram, contra 31,3% no **Grupo Não**.

Com o fim de realizar inferências sobre as melhorias nos rendimentos desses grupos, somam-se à análise os dados sobre dívidas dos comerciantes.

No tocante à distribuição dos inqueridos por dívidas (Ver **Gráfico n° 10**), os inqueridos do **Grupo Sim** possuíam aproximadamente 9% com dívidas antes de ingressar no programa. Depois do ingresso, 9% endividam-se mais e 9% conseguiram quitar dívidas. Já no **Grupo Não**, antes de 2007, 31,3% afirmaram ter dívidas. Depois do ano 2007, 13,3% endividaram-se e 7,2% conseguiram quitá-las.

Neste sentido, nota-se uma vantagem com relação ao **Grupo Sim**, posto que conseguiram quitar dívidas e endividaram-se menos com relação ao **Grupo Não**. Sendo assim, é possível afirmar que o sucesso do **Grupo Sim** está na quitação das dívidas, enquanto o **Grupo Não**, não apenas não conseguiu o fazer, como acabou endividando-se mais.

Gráfico n° 10: Distribuição por dívidas



Fonte: Idem – Pesquisa da autora.

Um dado que se pode acrescentar à análise dos lucros, é quanto à implementação de melhorias como reformas no estabelecimento comercial ou mudança para um lugar melhor dentro da própria feira, mais movimentado e que chame mais atenção.

No **Grupo Sim**, 27,3% dos inqueridos reformaram o estabelecimento e no **Grupo Não**, foram 31,3%. Quanto ao deslocamento para um lugar melhor, ninguém no **Grupo Sim** o fez, enquanto 14,5% o fizeram no **Grupo Não**.

Esses dados são interessantes, pois o que se esperava era que os representantes do **Grupo Sim** implementassem em maior proporção essas melhorias, já que o aumento dos lucros do grupo em questão foi maior. No entanto, percebe-se que o **Grupo Não**, apesar das mudanças, não conseguiu aumentar seus lucros.

Um dado que demonstra a expansão comercial desses trabalhadores e o sucesso da sua atividade tem a ver com a abertura de novos estabelecimentos. Os dados mostram que 9,1% dos inqueridos do **Grupo Sim** abriram um novo estabelecimento e 14,5% do **Grupo Não**, também o fizeram.

Os dados sobre a expansão comercial são importantes para compreender em que medida o PNMPO promove o desenvolvimento econômico dos empreendedores que participam do programa. Neste sentido, é possível inferir que apenas 10% dos que ingressam no programa conseguem expandir o seu empreendimento. É um dado relativamente baixo, mas que, como não corresponde diretamente a um objetivo do PNMPO, não é possível abstrair desse dado uma avaliação sobre a sua eficiência ou não.

Considerações finais

O presente trabalho tomou como categoria central de análise uma política de crédito do governo federal, admitindo-se que essa política possui um relevante papel na economia, sendo impulsionadoras da movimentação do mercado, das trocas e dos investimentos, sobretudo para certos segmentos sociais, como comerciantes e empreendedores. A partir dessa afirmação, buscou-se compreender o que representa o PNMPO no quadro das políticas de trabalho e renda no Brasil, considerando o perfil sócio demográfico dos beneficiados, a demanda social e a finalidade do crédito concedido, pretendendo-se especificamente, verificar em que medida o PNMPO promove por meio de suas ações a inclusão social, a autonomia e o desenvolvimento do empreendedorismo, a partir de um estudo de caso na Feira dos Importados, no DF.

Em relação aos objetivos do estudo relacionados à identificação do perfil sócio demográfico dos beneficiados, a demanda social e a finalidade do crédito, apresentam-se as seguintes conclusões.

Primeiramente, o perfil dos inqueridos neste estudo incluiu as seguintes dimensões: distribuição por sexo, renda e ramo de atividade comercial na qual se insere. Sendo assim, notou-se que na Feira dos Importados há maior presença de homens (56%), podendo ser identificado como um espaço social predominantemente masculino. A faixa etária da maioria dos comerciantes inqueridos (72%) concentra-se entre 25 e 49 anos, o que significa que a maioria das pessoas é jovem e em idade produtiva economicamente. Por fim, os aparelhos eletrônicos representam 32% dos inqueridos e, em seguida, roupas e roupas íntimas é a categoria com segunda maior frequência 20%.

Foi possível verificar que os inqueridos estavam dentro do perfil do público alvo definido pelo programa, ou seja, são microempreendedores populares, que desenvolvem atividades produtivas de pequeno porte e com faturamento anual de até 120 mil reais. Os comerciantes trabalhadores da feira encaixaram-se perfeitamente nesse perfil e o seu faturamento anual concentra-se abaixo dos 120 mil, aproximadamente 55% dos que recorreram ao crédito afirmaram possuir renda anual entre 12 mil e 60 mil reais.

Sobre a demanda social do programa e a finalidade do crédito concedido, os dados mostraram que na feira apenas 21% haviam ingressado em um programa de crédito. Como já afirmado no capítulo da análise de dados, o fato de que aproximadamente 80% dos inqueridos não haviam recorrido a um crédito vinculado a um programa do governo, foi um dado surpreendente, mas justificável devido a entraves encontrados para o ingresso no programa e a falta de interesse por parte de muitos microempreendedores. Um dos graves problemas apontados refere-se à preferência dos bancos em fornecer o crédito a empresas consolidadas e grandes.

A partir disso, é possível concluir que a posição das instituições financeiras vinculadas ao PNMPO necessita tornar-se mais acolhedora quanto aos microempreendedores e fornecer mecanismos e estratégias para facilitar e favorecer a concessão de crédito.

Com referência à finalidade do crédito concedido, elencam-se as principais: capital de giro e aquisição de novas mercadorias, ambas com 45,5% e melhoria da qualidade das mercadorias, com 18,2%.

Um aspecto importante para a compreensão de como tem sido aplicado PNMPO, é o número de recorrências e o estabelecimento de uma relação de dependência. Segundo os dados já apresentados, sobre o alto índice de recorrência ao programa (68%) e quanto às respostas afirmativas sobre a necessidade que os comerciantes sentem em recorrer novamente ao crédito (72%), é possível concluir que aderir ao programa uma vez não foi suficiente para que o microempreendedor conseguisse manter-se de forma estável ou até expandir o seu comércio, gerando um grau de dependência com o mesmo.

Com relação ao incremento do lucro e às dívidas, percebeu-se uma vantagem com relação àqueles que recorreram ao crédito, pois, além de afirmarem que os lucros aumentaram, conseguiram quitar suas dívidas.

A comparação das mudanças relativas à renda nos **Grupos Sim e Não**, mostraram que o aumento da renda, embora tenha ocorrido nos dois grupos, no **Grupo Sim** foi mais aparente. Enquanto no **Grupo Sim**, houve uma redução da concentração de comerciantes com renda entre mil a três mil reais e um aumento na concentração dos estratos acima de três mil reais;

no **Grupo Não**, a distribuição dos inqueridos permaneceu a mesma, apenas havendo uma sutil descentralização nos estratos mais extremos, isto é, de até mil reais e acima de sete mil reais, o que significa que apenas houve uma melhor distribuição das pessoas com rendas mais baixa e alta. Portanto, considerando que houve uma melhora da renda entre os que recorreram ao crédito, é possível atribuir ao PNMPO a razão de tal consequência positiva.

Além disso, pode-se relacionar à redução da concentração dos comerciantes que antes tinham rendas mensais relativamente mais baixas ao alcance do objetivo central do PNMPO: “garantir a inclusão no sistema financeiro de empreendedores que são marginalizados pelo sistema financeiro tradicional” (BRASIL, 2011c). Entretanto, não é possível dizer que esse objetivo foi atingido de forma plena e satisfatória. Segundo os dados relativos à renda, ainda faltam muitos microempreendedores que precisam ser alcançados pelo programa.

No tocante ao objetivo do PNMPO, a saber: “incentivar a geração de trabalho e renda entre os microempreendedores populares, disponibilizando recursos para o microcrédito produtivo orientado” (BRASIL, 2011c), é coerente afirmar que esse não foi um objetivo alcançado. Os dados obtidos apontam para a geração de novos postos de trabalho em aproximadamente 50% dos inqueridos do **Grupo Sim**. Por outro lado, essa mesma frequência é notada no grupo daqueles que não ingressaram no programa. Sendo assim, não é possível atribuir ao PNMPO a geração de emprego.

Um aspecto positivo do grupo que teve crédito concedido refere-se à formalização dos postos de trabalho. Houve um aumento significativo da formalização no **Grupo Sim** (13,6%), com relação ao **Grupo Não** (3,7%), o que indica que houve a redução da precariedade de trabalho. Esse fenômeno, embora não se insira dentro dos objetivos principais do PNMPO, é um objetivo setorial do MTE fundamental para o alcance da redução das desigualdades sociais e para a promoção da inclusão social, bem como para a democratização, a transparência e o controle social nas relações de trabalho e a garantia dos direitos do trabalho.

Outra vantagem notada no **Grupo Sim** é quanto ao número de demissões realizadas. A diferença de aproximadamente 7% com relação ao **Grupo Não** indica a estabilidade nos negócios e capacidade para manter funcionários no **Grupo Sim**.

É fundamental destacar que embora aqueles que ingressaram no programa possuam dados positivos quanto à formalização do trabalho, grande parte dos trabalhadores inqueridos muitas vezes possui funcionários que não estão inseridos no sistema formal de emprego, isto é, não dispõem de carteira de trabalho assinada e muitas vezes empregam familiares ou pessoas próximas. Nesse contexto, identifica-se uma heterogeneidade nas relações de trabalho, segundo a combinação de formatos de produção econômica e reprodução social (BARBOSA,2006).

Segundo esse autor, a configuração híbrida formalidade-informalidade nutre-se e ampara-se em práticas formalizadas em termos estruturais, mas as condições de trabalho continuam precárias, com o fim de assegurar o sustento do empreendimento por meio da associação de atividades regulares e irregulares baseadas na contratação estável e na informalidade.

Pode-se inferir, a partir do exposto que o empreendedorismo popular insere-se na categoria definida por Antunes (2006) de formas “atípicas” de trabalho. Por possuir uma face patronal e por apresentar ideais capitalísticos, traz com ele formas ocultas de trabalho assalariado, subordinado, precarizado, instável, que, apesar de ser um trabalho autônomo, esconde uma realidade ligada ao ciclo produtivo e do capital. Além disso, retraduz uma forma de marginalização social e não de um desenvolvimento de empreendedorismo que beneficia o trabalhador e o inclui no sistema do mercado.

Acrescenta-se a essa colocação o problema já constatado no PNMPO de sua ineficiência na articulação com outras políticas públicas. Podendo-se concluir que por possuir um caráter assistencial em curto prazo, não fornece meios para que os trabalhadores desenvolvam o seu empreendedorismo, sejam incluídos no sistema mercantil e melhorem as suas condições de vida e de trabalho. De modo geral, como aponta Moretto et al (2003), isso acontece devido à tentativa do governo, durante os anos 1990 a 2000, transformar os desempregados e os trabalhadores do setor informal em empreendedores bem sucedidos, no entanto, devido à estrutura econômica não favorável à autonomia, esses empreendedores deparam-se com um ambiente de trabalho desestruturado e desorganizado, limitando as possibilidades de maior inclusão social (BARBOSA, 2006).

Outro ponto que se pode relacionar às questões acima tratadas, são os dados referentes ao recebimento de outros benefícios pelo programa de concessão de crédito, como por exemplo, um curso de capacitação. Considerando que apenas 22,7% afirmaram ter recebido um curso de capacitação voltado para a sua área de comércio, faz-se necessário apontar que o PNMPO precisa ampliar o seu projeto visando à capacitação dos beneficiados e à orientação dos mesmos em termos financeiros. O ideal seria que, além disso, o programa estivesse vinculado a outros programas do governo voltados para assistência educacional ou auxílio creche para os filhos.

Em contrapartida, os casos nos quais são oferecidos cursos de capacitação e os beneficiados não se interessam em participar, o programa precisa construir novas estratégias para atingi-los, demonstrando-lhes a importância das capacitações para a eficiência da aplicação do crédito.

Essas questões ora apresentadas foram observadas também no estudo de Guilhon et al (2006) sobre a avaliação das políticas de trabalho e renda no Maranhão. Segundo os autores, as dificuldades para a operacionalização dos planos de capacitação estudados, os PEQs (*Plano Estadual de Qualificação*) centravam-se na falta de articulação entre a qualificação e os demais eixos da política de trabalho e das demais políticas públicas, bem como o uso de metodologias de ensino ultrapassadas e não adaptadas ao público alvo.

Outras deficiências do PNMPO identificam-se com o não alcance de minorias e a não inclusão de temas transversais, como por exemplo, raça, gênero e pessoas com deficiência, no contexto dos objetivos do programa. Além disso, o programa também carece de um meio de avaliar a satisfação dos participantes.

Uma crítica a se destacar em relação à inserção do PNMPO nas diretrizes da economia solidária relaciona-se ao fato de que ela destaca a face do empreendedorismo como um meio de liberdade de ação, autonomia e realização social, escondendo o não acolhimento dos trabalhadores em um sistema salarial estável e, portanto, não contribui para uma inclusão social e financeira completa.

O desenvolvimento do empreendedorismo para o microempresário constitui-se em um dado importante na medida em que se deseja compreender se o PNMPO promove tal investimento. Os dados sobre a expansão comercial dos inqueridos mostraram que apenas 10% dos que recorreram ao programa conseguiram expandir o seu empreendimento. Neste âmbito, a maior parte dos comerciantes que haviam recorrido ao crédito seguiram dois rumos: ou recorriam novamente, com o fim de manter as suas condições econômicas e de trabalho, ou não recorreram mais, pois percebiam que apenas endividam-se mais e o retorno não era satisfatório, procurando outras alternativas para manter-se na sua atividade comercial.

Em suma, com base na análise feita, é possível concluir que as dimensões, tais como renda, lucro, capacidade de endividamento, entre outras e que foram objeto da análise do PNMPO, demonstram não haver um denso impacto positivo sobre a população beneficiada pelo programa, posto que não houve diferença substantiva entre o grupo que recebeu o benefício e o grupo que não recebeu. Além disso, tal fenômeno não torna possível a afirmação de que o PNMPO promove por meio de suas ações a inclusão social e a redução das desigualdades sociais.

Essa constatação contribui para a crítica realizada acerca das políticas públicas voltadas para o trabalho e renda no Brasil, pois possuem um limitado alcance e não são articuladas com outras políticas públicas. A articulação das políticas de trabalho e renda no Brasil, possibilitariam uma melhor efetividade dessas políticas, bem como uma maior abrangência do público alvo.

Referências bibliográficas

ALVES-MAZZOTTI, Alda J. “Usos e Abusos do Estudo de Caso”. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, v. 36, n. 129, 2006.

ANTUNES, Ricardo. “As Formas Contemporâneas de Trabalho e a Desconstrução dos Direitos Sociais”. *In*: SILVA, Maria Ozanira da Silva e; YAZBEK, Marta Carmelita (Orgs). **Políticas Públicas de Trabalho e Renda no Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Cortez; São Luíz: FAPEMA, 2006. Brasília: CEPAL; SPM, 2005.

BANDEIRA, Lourdes. **Brasil: Fortalecimento da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres – Avançar na Transversalidade da Perspectiva de Gênero nas Políticas Públicas**. Brasília: CEPAL/SPM, 2005. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812BAFFE3B012BCB0932095E3A/integra_public_lourdes_bandeira.pdf> Data de acesso: 22/11/2011

BARBOSA, Rosangela Nair de Carvalho. “Economia Solidária: Estratégias de Governo no Contexto da Desregulamentação Social do Trabalho”. *In*: SILVA, Maria Ozanira da Silva e; YAZBEK, Marta Carmelita (Orgs). **Políticas Públicas de Trabalho e Renda no Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Cortez; São Luíz: FAPEMA, 2006.

BOURDIEU, Pierre. **A Distinção: Crítica Social do Julgamento**. São Paulo: EdUSP; Porto Alegre: ZOUK, 2007.

BRASIL. **Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado: Análise dos Dados Consolidados – Ano 2007**. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, 2007. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/pnmpo/Relatorio_2007.pdf> Data de acesso: 06/06/2011.

_____. **Plano Plurianual 2008-2011**. Brasília: Ministério do Planejamento, 2008a. Disponível em: <<http://www.planejamento.gov.br/noticia.asp?p=not&cod=191&cat=155&sec=10>> Data de acesso: 02/10/2011.

_____. **Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado: Análise dos Dados Consolidados – Ano 2008**. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, 2008b. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/pnmpo/Relatorio_2008.pdf> Data de acesso: 06/06/2011.

_____. **Relatório de Dados do Programa de Microcrédito – 4º Trimestre de 2009**. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, 2009a. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/pnmpo/Relatorio_4trim2009.pdf> Data de acesso: 06/06/2011.

_____. **Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008-2011**. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, 2009b. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/dados_estatisticos/Caderno_Setorial_Aval_2008.pdf> Data de acesso: 01/10/2011.

_____. **Relatório de Dados do Programa de Microcrédito – 4º Trimestre de 2010**. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, 2010. Disponível em:

<<http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A2E2A24F3012E6DE99DDC21C3/Relat%C3%B3rio%204%C2%BA%20Tri%202010.pdf>> Data de acesso: 06/06/201.

_____. **Estrutura dos Ministérios.** Governo Federal, 2011a. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/presidencia/ministros/ministerios>> Data de acesso: 01/11/2011.

_____. **Informações Sobre o Programa Nacional de Microcrédito.** Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, 2011b.

_____. **Mercado de Trabalho: Conjuntura e Análise.** Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego; Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), n. 48, ano 16, 2011c. Disponível em:

<http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/bmt48_completo.pdf> Data de acesso: 28/09/2011.

_____. **Relatório de Dados do Programa de Microcrédito – 1º Trimestre de 2011.** Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, 2011d. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A31190C16013161987C2E1C13/relatorio1tri2011.pdf>> Data de acesso: 06/06/201.

_____. **Relatório de Dados do Programa de Microcrédito – 2º Trimestre de 2011.** Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, 2011e. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A32681EF401328D1B781E1015/Relat%C3%B3rio%202%C2%BA%20Tri%202011.pdf>> Data de acesso: 06/06/201.

BURZSTIN, Marcel. “Introdução à Crítica da Razão Desestatizante”. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 1, n. 1, p. 141-163, 1998. Disponível em: <http://repositorio.bce.unb.br/bitstream/10482/9201/1/ARTIGO_IntroducaoCriticaRazao.pdf> Data de acesso: 15/10/2011.

COOPERFIM. **A Feira dos Importados.** 2011. Disponível em: <<http://www.feiradosimportados.net.br/>> Data de acesso: 12/10/2011.

FERNANDES, Tiago. “Cada Vez Menos do Paraguai”. **Jornal Hoje em Dia**, Brasília, p. 6-8, out/2011.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia.** 4ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.

GIL, Antonio C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** 5ª ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GUILHON, Maria Virgínia Moreira; LIMA, Valéria Ferreira dos Santos de Almada. “A Política de Trabalho e Renda no Brasil: Uma Avaliação dos Resultados na Experiência do Maranhão”. In: SILVA, Maria Ozanira da Silva e; YAZBEK, Marta Carmelita (Orgs). **Políticas Públicas de Trabalho e Renda no Brasil Contemporâneo.** São Paulo: Cortez; São Luíz: FAPEMA, 2006.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). “Características da Formalização do Mercado de Trabalho Brasileiro entre 2001 e 2009”. **Comunicados do Ipea.** Brasília: Ipea, n. 88, 2011. Disponível em:

<http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A2E7311D1012FE44C453659EF/IPEA_ComunicadoIPEA88.pdf> Data de acesso: 28/09/2011.

MORETTO, Amilton José et al. “Os Descaminhos das Políticas de Emprego no Brasil”. *In*: PRONI, Marcelo W.; HENRIQUE, Wilnês (Orgs). **Trabalho, Mercado e Sociedade: o Brasil nos Anos 90**. São Paulo: UNESP; UNICAMP, 2003.

POCHMANN, Marcio. “Rumos da Política do Trabalho no Brasil”. *In*: SILVA, Maria Ozanira da Silva e; YAZBEK, Marta Carmelita (Orgs). **Políticas Públicas de Trabalho e Renda no Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Cortez; São Luíz: FAPEMA, 2006.

REDAÇÃO, Jornal da Comunidade. “Turismo na Feira dos Importados”. **Jornal da Comunidade**. Brasília, 2011. Disponível em: <<http://comunidade.maiscomunidade.com/conteudo/2010-07-03/cidades/2711/TURISMO-NA-FEIRA-DOS-IMPORTADOS.pnhtml>> Data de acesso: 12/10/2011.

ROBERTS, Bryan R. “A Dimensão Social da Cidadania”. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo: ANPOCS, n. 33, 1997.

SAMPIERI, Roberto; COLLADO, Carlos Fernandez; LUCIO, Pilar Batista. **Metodologia de Pesquisa**. 3ª ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2006.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e; YAZBEK, Marta Carmelita (Orgs). **Políticas Públicas de Trabalho e Renda no Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Cortez; São Luíz: FAPEMA, 2006.

Anexo nº 1: Questionário

Política de crédito para microempreendedor

Novembro/2011 - Departamento de Sociologia - UnB

O objetivo principal deste questionário é analisar a importância da política de crédito para o microempreendedor, considerando aspectos positivos e negativos que possam ajudar a qualificar a política. O questionário é anônimo, não é preciso fazer nenhum tipo de identificação. Todos os dados são sigilosos. Sua participação é voluntária. Obrigada por participar!

1. Número do questionário

2. Sexo

- ☐ 1. Feminino ☐ 2. Masculino

3. Idade

- ☐ 1. 18 a 24 anos ☐ 2. 25 a 29 anos
☐ 3. 30 a 34 anos ☐ 4. 35 a 39 anos
☐ 5. 39 a 44 anos ☐ 6. 45 a 49 anos
☐ 7. 50 a 54 anos ☐ 8. 55 anos ou mais

4. Em qual ramo de atividade comercial você se insere?

- ☐ 1. Roupas e Roupagem íntima
☐ 2. Sapatos
☐ 3. Bolsas e Acessórios
☐ 4. Produtos de beleza
☐ 5. Aparelhos eletrônicos e Informática
☐ 6. Brinquedos e Jogos eletrônicos
☐ 7. DVDs e CDs
☐ 8. Artigos esportivos
☐ 9. Floricultura
☐ 10. Móveis, design e decoração
☐ 11. Construção e conserto
☐ 12. Alimentação, Restaurante e Lanchonetes
☐ 13. Papelaria
☐ 14. Outro

5. Há quanto tempo você trabalha na Feira dos Importados?

6. Você já recebeu crédito de algum programa do governo?

- ☐ 1. Sim ☐ 2. Não

Ir para '22-Renda_atual1' se Recebeu_credito = "Não"

ATENÇÃO!

Se você respondeu "Sim" na questão anterior, continue respondendo normalmente até a questão 21. Se você respondeu "Não", por favor, pule para questão 22.

7. Qual foi o nome do programa? Caso não se lembre, deixe em branco.

8. Quantas vezes você já teve crédito concedido?

- ☐ 1. Uma vez ☐ 2. Duas vezes
☐ 3. Três vezes ☐ 4. Quatro vezes
☐ 5. Cinco vezes ou mais

9. Quando foi a última vez que você pegou crédito?

- ☐ 1. Antes de 2005 ☐ 2. 2005 ☐ 3. 2006 ☐ 4. 2007
☐ 5. 2008 ☐ 6. 2009 ☐ 7. 2010 ☐ 8. 2011

10. Além do crédito concedido, você recebeu algum outro benefício do programa? Como, por exemplo:

- ☐ 1. Curso de capacitação voltado para a sua área de comércio
☐ 2. Curso de capacitação que não tinha a ver com a sua área de comércio
☐ 3. Assistência creche para seus filhos
☐ 4. Assistência de saúde para você
☐ 5. Outro
☐ 6. Não recebi outros benefícios

Você pode marcar diversas casas.

11. Qual foi a finalidade do crédito que você recebeu?

- ☐ 1. Melhorar a mercadoria
☐ 2. Comprar novas mercadorias
☐ 3. Empregar funcionários
☐ 4. Fazer um curso
☐ 5. Capital de giro
☐ 6. Guardar na poupança
☐ 7. Reformar estabelecimento
☐ 8. Expandir estabelecimento
☐ 9. Formalizar o seu trabalho
☐ 10. Pagar dívidas do estabelecimento (aluguel da loja, fornecedores, etc)
☐ 11. Pagar dívidas pessoais (aluguel casa, saúde, educação, etc)
☐ 12. Outro

Você pode marcar diversas casas.

12. De forma geral, você considera que o seu estabelecimento melhorou, piorou ou não mudou desde que você recebeu o crédito?

- ☐ 1. Melhorou ☐ 2. Piorou ☐ 3. Não mudou

13. De forma geral, você considera que a sua condição socioeconômica melhorou, piorou ou não mudou desde que você recebeu o crédito?

- ☐ 1. Melhorou ☐ 2. Piorou ☐ 3. Não mudou

14. Qual é a sua renda pessoal mensal atual?

- ☐ 1. Até R\$ 1000,00
☐ 2. De R\$ 1000,00 a R\$ 3000,00
☐ 3. De R\$ 3000,00 a R\$ 5000,00
☐ 4. De R\$ 5000,00 a R\$ 7000,00
☐ 5. Acima de R\$ 7000,00
☐ 6. Não sabe/Sem resposta

15. Qual era a sua renda pessoal mensal antes de recorrer ao crédito?

- ☐ 1. Até R\$ 1000,00
- ☐ 2. De R\$ 1000,00 a R\$ 3000,00
- ☐ 3. De R\$ 3000,00 a R\$ 5000,00
- ☐ 4. De R\$ 5000,00 a R\$ 7000,00
- ☐ 5. Acima de R\$ 7000,00
- ☐ 6. Não sabe/Sem resposta

16. Antes de ingressar num programa de concessão de crédito, como era o seu estabelecimento?

- ☐ 1. Trabalhava informalmente
- ☐ 2. Trabalhava formalmente
- ☐ 3. Era reformado
- ☐ 4. Não era reformado
- ☐ 5. Tinha funcionários
- ☐ 6. Não tinha funcionários
- ☐ 7. Pagava salário fixo para funcionários
- ☐ 8. Não pagava salário fixo para funcionários
- ☐ 9. Assinava carteira dos funcionários
- ☐ 10. Não assinava carteira dos funcionários
- ☐ 11. Tinha mercadorias de qualidade
- ☐ 12. Não tinha mercadorias de qualidade
- ☐ 13. Tinha dívidas
- ☐ 14. Não tinha dívidas
- ☐ 15. Outro

Você pode marcar diversas casas.

17. O que mudou no seu estabelecimento depois que você ingressou em um programa de concessão de crédito?

- ☐ 1. Continuou trabalhando formalmente
- ☐ 2. Continuou trabalhando informalmente
- ☐ 3. Passou a trabalhar formalmente
- ☐ 4. Passou a trabalhar informalmente
- ☐ 5. Melhorou a qualidade da mercadoria
- ☐ 6. Piorou a qualidade da mercadoria
- ☐ 7. A qualidade da mercadoria permaneceu a mesma
- ☐ 8. Os lucros aumentaram
- ☐ 9. Os lucros diminuíram
- ☐ 10. Não houve aumento nos lucros
- ☐ 11. Reformou o estabelecimento
- ☐ 12. Deslocou o estabelecimento para um lugar melhor
- ☐ 13. Deslocou o estabelecimento para um lugar pior
- ☐ 14. Contratou funcionários
- ☐ 15. Demitiu funcionários
- ☐ 16. Continuou sem funcionários
- ☐ 17. Assinou a carteira dos funcionários
- ☐ 18. Parou de assinar a carteira dos funcionários
- ☐ 19. Continuou assinando a carteira dos funcionários
- ☐ 20. Passou a pagar salário fixo aos funcionários
- ☐ 21. Parou de pagar salário fixo aos funcionários
- ☐ 22. Continuou pagando salário fixo aos funcionários
- ☐ 23. Quitou dívidas
- ☐ 24. Endividou-se mais
- ☐ 25. Abriu um novo estabelecimento
- ☐ 26. Fechou o estabelecimento
- ☐ 27. Nada mudou
- ☐ 28. Outro

Você pode marcar diversas casas.

18. Antes de ingressar num programa de concessão de crédito, como era sua situação socioeconômica?

- ☐ 1. Tinha moradia própria
- ☐ 2. Pagava aluguel
- ☐ 3. Tinha automóvel
- ☐ 4. Não tinha automóvel
- ☐ 5. Morava em um bom bairro
- ☐ 6. Morava em um bairro ruim
- ☐ 7. Tinha dívidas
- ☐ 8. Não tinha dívidas
- ☐ 9. Seus filhos iam à escola pública
- ☐ 10. Seus filhos iam à escola privada
- ☐ 11. Outro

Você pode marcar diversas casas.

19. O que mudou na sua situação socioeconômica depois que acabou o programa de crédito?

- ☐ 1. Continua morando em casa própria
- ☐ 2. Passou a ter casa própria
- ☐ 3. Continua pagando aluguel
- ☐ 4. Passou a pagar aluguel
- ☐ 5. Mudou para uma casa melhor
- ☐ 6. Mudou para uma casa pior
- ☐ 7. Reformou a casa
- ☐ 8. Quitou dívidas
- ☐ 9. Endividou-se mais
- ☐ 10. Continuou com o mesmo carro
- ☐ 11. Trocou o automóvel
- ☐ 12. Vendeu o automóvel
- ☐ 13. Comprou um automóvel
- ☐ 14. Comprou mais um automóvel
- ☐ 15. Mudou para um bairro melhor
- ☐ 16. Mudou para um bairro pior
- ☐ 17. Colocou os filhos na escola pública
- ☐ 18. Colocou os filhos na escola privada
- ☐ 19. Seus filhos continuam na escola pública
- ☐ 20. Seus filhos continuam na escola privada
- ☐ 21. Nada mudou
- ☐ 22. Outro

Você pode marcar diversas casas.

20. Você pegaria crédito novamente?

- ☐ 1. Sim ☐ 2. Não

21. Você sente necessidade de pegar crédito novamente?

- ☐ 1. Sim ☐ 2. Não

Ir para '31-Coment' Qualquer que seja a resposta.

ATENÇÃO!

Por favor, pule para a questão 31.

22. Qual é a sua renda pessoal mensal atual?

- ☐ 1. Até R\$ 1000,00
- ☐ 2. De R\$ 1000,00 a R\$ 3000,00
- ☐ 3. De R\$ 3000,00 a R\$ 5000,00
- ☐ 4. De R\$ 5000,00 a R\$ 7000,00
- ☐ 5. Acima de R\$ 7000,00
- ☐ 6. Não sabe/Sem resposta

23. Qual era a sua renda pessoal mensal em 2007?

- ☐ 1. Até R\$ 1000,00
- ☐ 2. De R\$ 1000,00 a R\$ 3000,00
- ☐ 3. De R\$ 3000,00 a R\$ 5000,00
- ☐ 4. De R\$ 5000,00 a R\$ 7000,00
- ☐ 5. Acima de R\$ 7000,00
- ☐ 6. Não sabe/Sem resposta

24. De forma geral, você considera que o seu estabelecimento melhorou, piorou ou não mudou desde 2007?

- ☐ 1. Melhorou ☐ 2. Piorou ☐ 3. Não mudou

25. De forma geral, você considera que a sua condição socioeconômica melhorou, piorou ou não mudou desde 2007?

- ☐ 1. Melhorou ☐ 2. Piorou ☐ 3. Não mudou

26. Como era o seu estabelecimento em 2007?

- ☐ 1. Trabalhava informalmente
- ☐ 2. Trabalhava formalmente
- ☐ 3. Era reformado
- ☐ 4. Não era reformado
- ☐ 5. Tinha funcionários
- ☐ 6. Não tinha funcionários
- ☐ 7. Pagava salário fixo para funcionários
- ☐ 8. Não pagava salário fixo para funcionários
- ☐ 9. Assinava carteira dos funcionários
- ☐ 10. Não assinava carteira dos funcionários
- ☐ 11. Tinha mercadorias de qualidade
- ☐ 12. Não tinha mercadorias de qualidade
- ☐ 13. Tinha dívidas
- ☐ 14. Não tinha dívidas
- ☐ 15. Outro

Você pode marcar diversas casas.

27. O que mudou no seu estabelecimento depois do ano 2007?

- ☐ 1. Continuou trabalhando formalmente
- ☐ 2. Continuou trabalhando informalmente
- ☐ 3. Passou a trabalhar formalmente
- ☐ 4. Passou a trabalhar informalmente
- ☐ 5. Melhorou a qualidade da mercadoria
- ☐ 6. Piorou a qualidade da mercadoria
- ☐ 7. A qualidade da mercadoria permaneceu a mesma
- ☐ 8. Os lucros aumentaram
- ☐ 9. Os lucros diminuíram
- ☐ 10. Não houve aumento nos lucros
- ☐ 11. Reformou o estabelecimento
- ☐ 12. Deslocou o estabelecimento para um lugar melhor
- ☐ 13. Deslocou o estabelecimento para um lugar pior
- ☐ 14. Contratou funcionários
- ☐ 15. Demitiu funcionários
- ☐ 16. Continuou sem funcionários
- ☐ 17. Assinou a carteira dos funcionários
- ☐ 18. Parou de assinar a carteira dos funcionários
- ☐ 19. Continuou assinando a carteira dos funcionários
- ☐ 20. Passou a pagar salário fixo aos funcionários
- ☐ 21. Parou de pagar salário fixo aos funcionários
- ☐ 22. Continuou pagando salário fixo aos funcionários
- ☐ 23. Quitou dívidas
- ☐ 24. Endividou-se mais
- ☐ 25. Abriu um novo estabelecimento
- ☐ 26. Fechou o estabelecimento
- ☐ 27. Nada mudou
- ☐ 28. Outro

Você pode marcar diversas casas.

28. Como era sua situação socioeconômica em 2007?

- ☐ 1. Tinha moradia própria
- ☐ 2. Pagava aluguel
- ☐ 3. Tinha automóvel
- ☐ 4. Não tinha automóvel
- ☐ 5. Morava em um bom bairro
- ☐ 6. Morava em um bairro ruim
- ☐ 7. Tinha dívidas
- ☐ 8. Não tinha dívidas
- ☐ 9. Seus filhos iam à escola pública
- ☐ 10. Seus filhos iam à escola privada
- ☐ 11. Outro

Você pode marcar diversas casas.

29. O que mudou na sua situação socioeconômica depois do ano 2007?

- ☐ 1. Continua morando em casa própria
- ☐ 2. Passou a ter casa própria
- ☐ 3. Continua pagando aluguel
- ☐ 4. Passou a pagar aluguel
- ☐ 5. Mudou para uma casa melhor
- ☐ 6. Mudou para uma casa pior
- ☐ 7. Reformou a casa
- ☐ 8. Quitou dívidas
- ☐ 9. Endividou-se mais
- ☐ 10. Continuou com o mesmo carro
- ☐ 11. Trocou o automóvel
- ☐ 12. Vendeu o automóvel
- ☐ 13. Comprou um automóvel
- ☐ 14. Comprou mais um automóvel
- ☐ 15. Mudou para um bairro melhor
- ☐ 16. Mudou para um bairro pior
- ☐ 17. Colocou os filhos na escola pública
- ☐ 18. Colocou os filhos na escola privada
- ☐ 19. Seus filhos continuam na escola pública
- ☐ 20. Seus filhos continuam na escola privada
- ☐ 21. Nada mudou
- ☐ 22. Outro

Você pode marcar diversas casas.

30. Você gostaria de pegar crédito?

- ☐ 1. Sim
- ☐ 2. Não

31. Caso queira fazer um comentário ou acrescentar algo, por favor, escreva aqui: